



FIP Atlântica Saúde

FUNDO DE INVESTIMENTO
EM PARTICIPAÇÕES

PROSPECTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS

R\$ 160.000.000,00

ADMINISTRAÇÃO E
DISTRIBUIÇÃO



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

GESTÃO



Atlântica
Investimentos

PROSPECTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS DO



FIP Atlântica Saúde

FUNDO DE INVESTIMENTO
EM PARTICIPAÇÕES

ATLÂNTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SAÚDE (“FUNDO”)

CNPJ/MF nº 11.145.189/0001-27

Código ISIN: BRFPSDCTF001

A Oferta foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFP/018, em 16 de novembro de 2009.

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte). **ATLÂNTICA ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.**, sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, Conj. 31, Pinheiros, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Distribuição pública de, no mínimo, 16 (dezesseis) e até 1.600 (mil e seiscentas) Quotas do FUNDO, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) cada, perfazendo o montante total de até

R\$ 160.000.000,00

(Cento e Sessenta Milhões de Reais)

As Quotas serão objeto de distribuição pública no Brasil, por sua distribuidora líder e administradora, **BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, administrador do FUNDO, exclusivamente perante investidores qualificados, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores.

A colocação das Quotas do FUNDO poderá ser objeto de distribuição pública primária no mercado de balcão organizado, por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, operacionalizado pela CETIP - CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, ou, alternativamente, será realizada em mercado de balcão não organizado, mediante Transferência Eletrônica Disponível - TED. As Quotas poderão ser negociadas no mercado secundário no Módulo de Fundos - SF, operacionalizado pela CETIP, cabendo, em todos os casos, aos intermediários assegurar que a aquisição de Quotas somente seja feita por investidores qualificados.

O FUNDO foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e alterações posteriores (“Instrução CVM 391”), e seu regulamento foi registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 08 de setembro de 2009, sob o nº 1143758, e alterado posteriormente em 17 de setembro de 2009, conforme instrumento de alteração por ato do administrador, arquivado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o n. 1144736; em 29 de setembro de 2009, 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o n. 1146143, e ainda, alterado em 12 de setembro de 2011, 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 1224418, através de Assembléia Geral de Quotistas (“REGULAMENTO”).

As Quotas serão admitidas à distribuição por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, operacionalizado pela CETIP - CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, ou, alternativamente, será realizada em mercado de balcão não organizado, mediante Transferência Eletrônica Disponível - TED

O ADMINISTRADOR mantém sistema de gerenciamento de riscos da Carteira, o que não garante a completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para o investidor. Além disso, o FUNDO não conta com garantia do ADMINISTRADOR, do GESTOR, dos demais prestadores de serviços, da companhia investida, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

As informações contidas neste PROSPECTO estão em consonância com o REGULAMENTO, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa deste PROSPECTO e do REGULAMENTO, com especial atenção às seções relativas ao objetivo do FUNDO, à sua política de investimento e à composição da Carteira, bem como às disposições deste PROSPECTO que tratam sobre os fatores de risco aos quais o FUNDO está sujeito. Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, na página 12 deste PROSPECTO.

O ADMINISTRADOR, POR SEU DIRETOR RESPONSÁVEL, JOSÉ CARLOS LOPES XAVIER DE OLIVEIRA, DECLARA QUE É RESPONSÁVEL PELA VERACIDADE, CONSISTÊNCIA, QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS POR OCASIÃO DO REGISTRO E FORNECIDAS AO MERCADO DURANTE A DISTRIBUIÇÃO.

ADICIONALMENTE, O ADMINISTRADOR, NA QUALIDADE DE COORDENADORA DA DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA, POR SEU DIRETOR RESPONSÁVEL, JOSÉ CARLOS LOPES XAVIER DE OLIVEIRA, DECLARA QUE SÃO VERDADEIRAS, CONSISTENTES, CORRETAS E SUFICIENTES, PERMITINDO AOS INVESTIDORES UMA TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA OFERTA; E AINDA, DECLARA QUE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO MERCADO DURANTE TODO O PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO, INCLUSIVE OS EVENTUAIS OU PERIÓDICAS E QUE VENHAM A INTEGRAR O PROSPECTO SÃO SUFICIENTES PERMITINDO AOS INVESTIDORES A TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA OFERTA.

Todo quotista, ao ingressar no FUNDO, deverá atestar que recebeu exemplar deste PROSPECTO, do PROSPECTO Definitivo e do REGULAMENTO, que tomou ciência dos objetivos do FUNDO, de sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida ao ADMINISTRADOR e aos demais prestadores de serviços, dos riscos associados ao seu investimento no FUNDO e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido, e, consequentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor. Este fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento, exclusivamente para fins de proteção patrimonial. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus quotistas.

Este PROSPECTO foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das normas emanadas pela CVM. A autorização para funcionamento e/ou venda das Quotas do FUNDO não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do FUNDO, do ADMINISTRADOR ou das demais instituições prestadoras de serviços, bem como das Quotas a serem distribuídas.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o FUNDO e a Oferta poderão ser obtidas com o ADMINISTRADOR e na CVM.

ADMINISTRAÇÃO E
DISTRIBUIÇÃO



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

GESTÃO



Atlântica
Investimentos

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ÍNDICE

| | Página |
|--|--------|
| Glossário..... | 03 |
| I. Sumário da Oferta..... | 05 |
| II. Identificação de Prestadores de Serviços do FUNDO..... | 06 |
| Descrição dos Principais Prestadores de Serviços do FUNDO..... | 07 |
| ADMINISTRADOR..... | 07 |
| GESTOR..... | 07 |
| Atendimento aos Quotistas..... | 08 |
| III. Remuneração dos Prestadores de Serviços e Outros Encargos..... | 09 |
| Taxa de Administração..... | 09 |
| Taxa de Performance..... | 09 |
| Taxa de Ingresso e Saída..... | 10 |
| Outros Encargos do FUNDO..... | 10 |
| IV. Fatores de Risco..... | 12 |
| V. Características da Oferta..... | 13 |
| Oferta e Público Alvo..... | 13 |
| Quantidade, Classe e Valor das Quotas..... | 13 |
| Direitos, Vantagens e Restrições das Quotas..... | 13 |
| Registro da Oferta..... | 13 |
| Integralização das Quotas..... | 14 |
| Valor Mínimo de Investimento..... | 14 |
| Cronograma da Oferta..... | 14 |
| Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta..... | 14 |
| Suspensão e Cancelamento da Oferta..... | 15 |
| Negociação de Quotas..... | 15 |
| Custos de Distribuição..... | 16 |
| Outras Informações..... | 16 |
| VI. Características do FUNDO..... | 17 |
| Base Legal..... | 17 |
| Público Alvo..... | 17 |
| Prazo de Duração..... | 17 |
| Foro..... | 17 |
| Objetivo do FUNDO..... | 17 |
| Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira..... | 18 |
| Amortização de Quotas e Distribuição de Dividendos Recebidos pelo FUNDO..... | 19 |
| Liquidação do FUNDO..... | 20 |
| Exercício Social, Demonstrações Contábeis e Metodologia para Avaliação dos Ativos..... | 20 |
| Política de Divulgação de Informações..... | 21 |



| | |
|---|-----------|
| VII. Administração e Gestão | 23 |
| VIII. Assembléia Geral de Quotistas | 28 |
| IX. Comitê de Investimentos | 30 |
| X. Regras de Tributação do FUNDO | 33 |
| Anexos | 35 |
| Anexo I - Instrumento de Constituição..... | 37 |
| Anexo II - Instrumento de 1ª alteração do Regulamento - Ato do Administrador | 41 |
| Anexo III - Instrumento de 2ª alteração do Regulamento..... | 45 |
| Anexo IV - Regulamento alterado por Assembleia Geral de Quotistas..... | 49 |



GLOSSÁRIO

| | |
|---|---|
| ADMINISTRADOR | BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, empresa administradora do FUNDO. |
| Assembléia Geral de Quotistas | Órgão de governança do FUNDO constituída por todos os Quotistas e cujas competências, convocação e deliberação são estabelecidas no item IX deste PROSPECTO. |
| Benchmark 1 | Parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo FUNDO, conforme definido no item III deste PROSPECTO, e base para cálculo de parcela da Taxa de Performance. |
| Benchmark 2 | Parâmetro para cálculo da parcela adicional da Taxa de Performance, conforme definido no item III deste PROSPECTO. |
| Boletim de Subscrição | Documento firmado pelos quotistas na data da subscrição das Quotas, pelo qual o Quotista fica obrigado a integralizar suas Quotas durante o Período de Investimento. |
| Capital Integralizado | Valor efetivamente depositado pelos quotistas na conta do FUNDO como parte da Integralização Inicial ou mediante solicitação do ADMINISTRADOR aos quotistas. |
| Capital Comprometido | Somatório dos recursos comprometidos pelos quotistas, nos termos dos respectivos Instrumentos de Compromisso de Investimentos e Boletins de Subscrição, que será de até R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). |
| Companhia Alvo | São companhias brasileiras, abertas ou fechadas, podendo estas serem Sociedades de Propósito Específico – SPE, que atendam aos requisitos de composição da carteira de investimentos do FUNDO conforme definidas no Capítulo VII do REGULAMENTO do FUNDO. |
| Companhia Investida, Companhia ou Companhias Comitê de Investimentos | Significa a Companhia alvo que recebeu ou receberam investimentos do FUNDO. Comitê formado por representantes dos quotistas e do GESTOR que é responsável pela decisão dos investimentos do FUNDO nos termos do item X deste PROSPECTO. |
| Contrato de Gestão | Contrato de prestação de serviços celebrado entre o GESTOR e o FUNDO, com a interveniência do ADMINISTRADOR. |
| CONSULTOR | GLOBAL GESTAO EM SAUDE LTDA., com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3729 – 5º andar, Itaim BiBi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04438-905, inscrita no CNPJ sob o nº 10.375.666/0001-88, Insc. Isenta |
| FUNDO | ATLÂNTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SAÚDE |
| GESTOR | ATLÂNTICA ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA, empresa gestora do FUNDO. |
| Instrumento Particular de Compromisso de Investimento | Significa cada instrumento particular de compromisso de investimento, pelo qual um investidor se compromete a subscrever e integralizar quotas, sempre que houver chamadas para tanto por parte do ADMINISTRADOR, até o limite do Capital Comprometido |
| Integralização | Ato de aportar capital ao FUNDO pelos quotistas. |
| Integralização Inicial | Total de Quotas integralizadas automaticamente pelos quotistas após a subscrição das Quotas, e que será de 5% do Capital Comprometido. |



| | |
|------------------------------------|---|
| IPCA | Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. |
| Membros do Comitê de Investimentos | Compreende os membros, titulares e suplentes, do Comitê de Investimento, indicados segundo critério estabelecido no item X deste PROSPECTO. |
| Patrimônio Líquido | Patrimônio Líquido do FUNDO conforme definido no artigo 37 do REGULAMENTO do FUNDO. |
| Período de Desinvestimento | Período que se estende desde o final do Período de Investimento até a liquidação do FUNDO. O Período de Desinvestimento terá um prazo máximo de 4 (quatro) anos, podendo ser estendido por mais 2 (dois) anos pela Assembleia Geral de Quotistas; ou por mais 1 (um) ano se o Período de Investimento já tiver sido estendido por 1 (um) ano. |
| Período de Investimento | 3 (três) anos, podendo ser estendido por mais 1 (um) ano, desde que aprovado pela Assembleia Geral de Quotistas. |
| Prazo de Duração do FUNDO | 7 (sete) anos, prorrogável por mais 2 (dois) anos por decisão da Assembleia Geral de Quotistas. |
| Preço de Subscrição das Quotas | R\$ 100.000,00 (cem mil reais). |
| PROSPECTO | O presente instrumento. |
| Quota (s) | As Quotas do FUNDO objeto da presente oferta |
| REGULAMENTO | O regulamento do FUNDO. |
| Taxa de Administração | Taxa paga pelo FUNDO aos prestadores de serviços de administração, dentre eles o ADMINISTRADOR, o GESTOR e o CONSULTOR, conforme definida no artigo 14 do REGULAMENTO |
| Taxa de Performance | Taxa a ser paga ao GESTOR, a título de participação nos resultados pela gestão da carteira do FUNDO, calculada nos termos do Artigo 15 do REGULAMENTO. |
| Valores Mobiliários | Ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, emitidos pela Companhia Alvo, conforme definidos no Capítulo VII - Política de Investimento do FUNDO. |



I. Sumário da Oferta

| | |
|--|---|
| Quotas objeto da presente Oferta | 16 (dezesseis) e até 1.600 (mil e seisentas) Quotas, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal. |
| Preço de Emissão das Quotas | No âmbito da Oferta, as Quotas serão emitidas com preço de emissão inicial de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por Quota. |
| Valor total da Oferta | Entre R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos reais) e R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). |
| Procedimento da Distribuição | Após a concessão do registro da Oferta, e a publicação do Anúncio de Início, o ADMINISTRADOR acessará investidores, os quais formalizarão seu interesse em participar da presente oferta de Quotas do FUNDO, por meio da assinatura de Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição. A Integralização das Quotas deverá obedecer ao disposto no REGULAMENTO e no presente PROSPECTO. |
| Regime de colocação | A colocação das Quotas será feita pelo ADMINISTRADOR em regime de melhores esforços. |
| Prazo para Subscrição das Quotas | As Quotas objeto da presente Oferta devem ser subscritas durante o Período de Distribuição. |
| Integralização das Quotas | A integralização de Quotas deverá ser efetivadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data do envio da correspondência do ADMINISTRADOR solicitando a referida integralização. |
| Prazo para Integralização das Quotas da Oferta | O prazo para Integralização das Quotas da Oferta é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da publicação do anúncio de início de distribuição, prorrogável mediante aprovação da Assembléia Geral de Quotistas. |
| Forma de Pagamento | A Integralização das Quotas do FUNDO será realizada por meio do MDA, podendo, alternativamente, ser realizada por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED). |
| Valor Mínimo de Subscrição Por Investidor | R\$ 100.000,00 (cem mil reais). |



II. Identificação de Prestadores de Serviços do FUNDO e Outros

ADMINISTRADOR

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares

Rio de Janeiro – RJ

CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61

At.: Carla Lopes

Tel.: (21) 3219-2618

Fax: (21) 3974-4501

E-mail: fip@bnymellon.com.br

Site: <http://www.bnymellon.com.br/sf>

GESTOR

ATLÂNTICA ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.055, Conj. 31, Pinheiros

São Paulo - SP

CNPJ o nº 07.989.263/0001-14

At.: André Barbieri Perpetuo

Tel.: (11) 3522-3319

andre@fipatlanticasaude.com.br

Site: www.atlanticaasset.com.br

Custodiante

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/n

Prédio Novo, 4º andar, Bairro Vila Yara

Osasco – SP

CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12

At.: Ronaldo Lopes Costa

Tel.: (11) 3684-5170

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: 4010.ronaldol@bradesco.com.br

Site: www.bradesco.com.br

Auditor Independente

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Filial: Av. Almirante Barroso, nº 52, 4º andar

Rio de Janeiro – RJ

At.: Bruno Gomes

Tel.: (21) 3515-9442

Fax: (21) 3515-9000

E-mail: brodrigues@kpmg.com.br

Site: www.kpmg.com.br

O FUNDO contará com os serviços de consultoria técnica prestada por GLOBAL GESTÃO EM SAÚDE LTDA., com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3729 – 5º andar, Itaim BiBI, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04438-905, inscrita no CNPJ sob o nº 10.375.666/0001-88, Insc. Isenta, neste ato representada por Francisco Emerson Maximiano brasileiro, casado, administrador, portador da cedula de identidade R.G n* 21.410.388-2, inscrito sob CPF/MF sob n* 094.378.093-48 (“CONSULTOR”), que será responsável pela seleção, avaliação e indicação de investimentos, acompanhamento e avaliação dos investimentos realizados ou a serem realizados nas Companhias de capital fechado, nos termos do contrato celebrado entre o FUNDO e o CONSULTOR, com a intervenção do GESTOR.



Descrição dos Principais Prestadores de Serviços do FUNDO

ADMINISTRADOR

O BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. é uma empresa subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, constituída especificamente para a administração de fundos de investimento no Brasil, autorizada a administrar carteiras por meio do Ato Declaratório nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997.

O BNY Mellon Serviços Financeiros é um dos maiores prestadores de serviços financeiros para gestores independentes e investidores institucionais, provendo serviços de administração fiduciária de fundos de investimento para mais de 70% dos gestores independentes associados à ANBID - Associação Nacional de Bancos de Investimento e uma gama de investidores institucionais, preponderantemente fundações, seguradoras e sociedades de capitalização. O BNY Mellon Serviços Financeiros combina atendimento especializado com tecnologia de ponta para prestar serviços ricos em informação e sistemas.

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. A combinação dessas duas instituições financeiras tradicionais resultou em uma das maiores empresas de serviços financeiros no mundo. Juntas, as duas instituições tornaram-se uma das líderes globais em administração e gestão de ativos, comprometidas com excelência e alta performance de seus serviços.

Atualmente, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada na gestão de ativos financeiros, operando em 34 países e atendendo a mais de 100 mercados. A nova instituição é uma das maiores em serviços financeiros para pessoas físicas e pessoas jurídicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento. O The Bank of New York Mellon Corporation utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes.

Endereços e contatos da sede:

Endereço: Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, Centro,
Rio de Janeiro, RJ.

Contato: Carla Lopes

E-mail: fip@bnymellon.com.br

Website: <http://www.bnymellon.com.br/sf>

Tel: (21) 3219-2500

Fax: (21) 3974-4501

GESTOR

A ATLÂNTICA ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA. foi fundada em outubro de 2001, especializada na gestão de fundos em renda variável, renda fixa e fundos fechados de empresas emergentes.

Os sócios da empresa possuem uma sólida experiência no mercado de capitais, atuando sempre em grandes corporações como: Merrill Lynch, Banco Itaú, Banco Santander, Flemming, Indosuez, Garantia e Banco Votorantim.

A composição dos departamentos técnicos da GESTOR é a seguinte:



(i) Fabrizio Neves - GESTOR

Graduação : Administração de Empresas - Unama University

Licenças: nº 7 e nº 66 : Renda fixa, Renda variável - Mercado Americano

(ii) Cristiano Carioba - Analista Senior

Pós graduado: Especialização em derivativos e análise técnica com créditos validos pela Universidade de Chicago e Universidade La Salle.

Mestrado em mercado de capitais. FEA–USP (Faculdade de Economia e Administração – Universidade de São Paulo)

(iii) Priscilla Lima - Analista de Backoffice

CONSULTORes macroeconomico : Rosenberg & Associados e MCM CONSULTORes Associados.

Atendimento aos Quotistas

O ADMINISTRADOR mantém Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, através do “Fale Conosco” no endereço <http://www.bnymellon.com.br/sf> ou do telefone (21) 3974-4600. A Ouvidoria poderá ser acessada pelo telefone 0800-7253219 ou através do endereço www.bnymellon.com.br/sf, sempre que as respostas as solicitações do quotista ao Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) não atenderem às expectativas.



III. Remuneração dos Prestadores de Serviços e Outros Encargos

Remuneração dos Prestadores de Serviços do FUNDO

Taxa de Administração

Pelos serviços de administração do FUNDO, será devido uma Taxa de Administração (“Taxa de Administração”) equivalente ao percentual de 2% (dois por cento) ao ano, sendo que a Taxa de Administração contemplará a remuneração do ADMINISTRADOR, no exercício da atividade de administração do FUNDO, a remuneração do GESTOR, no exercício de atividade de administração da carteira, e a remuneração do CONSULTOR, no exercício da atividade de consultoria de investimentos.

A Taxa de Administração é calculada diariamente e paga mensalmente incidindo sobre o valor do Patrimônio Líquido do FUNDO, sendo garantido o valor mínimo mensal de R\$ 2.000,00 dois mil reais).

O pagamento da Taxa de Administração acima devida será efetuado diretamente pelo FUNDO aos seus prestadores de serviços de administração, dentre eles o ADMINISTRADOR, o GESTOR e CONSULTOR, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração devida, nos termos deste item.

Taxa de Performance

O GESTOR e o CONSULTOR receberão, ainda, Taxa de Performance, auferida em virtude do resultado do FUNDO, equivalente a (i) 20% (vinte por cento) da rentabilidade do Capital Integralizado pelos quotistas, já deduzidas todas as taxas e despesas pagas pelo FUNDO, inclusive a Taxa de Administração, que exceder o Benchmark 1, conforme definido abaixo e (ii) 10% (dez por cento) da rentabilidade do Capital Integralizado pelos quotistas, já deduzidas todas as taxas e despesas pagas pelo FUNDO, inclusive a Taxa de Administração, que exceder o Benchmark 2, conforme definido abaixo e de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = P1 + P2$$

sendo

P = total da Taxa de Performance

$$P1 = 20\% [VD - (Cc - VDa)], \text{ onde } P1 > 0$$

sendo

VD = Valor a ser distribuído aos quotistas a título de dividendos, amortização de Quotas e juros sobre capital próprio pelo FUNDO ou pelas Companhias Investidas ainda bruto da Taxa de Performance,

Cc = Soma de todas as integralizações de Quotas feitas pelos investidores corrigidas desde as respectivas datas de recebimento pelo FUNDO a IPCA + 8% ao ano (Benchmark 1) até o momento de cálculo da Taxa de Performance,



VDa = Soma de todos os valores já distribuídos aos quotistas a título de dividendos, amortização de Quotas e juros sobre capital próprio pelo FUNDO ou pelas Companhias Investidas corrigidos desde as respectivas datas de pagamento a IPCA + 8% ao ano (Benchmark 1) até o momento de cálculo da Taxa de Performance. Tal valor é limitado a Cc.

e

$P2 = 10\%[VD' - (Cc' - VDa')]$, onde $P2 > 0$

sendo

VD' = Valor a ser distribuído aos quotistas a título de dividendos, amortização de Quotas e juros sobre capital próprio pelo FUNDO ou pelas Companhias Investidas ainda bruto da Taxa de Performance,

Cc' = Soma de todas as integralizações de Quotas feitas pelos investidores corrigidas desde as respectivas datas de recebimento pelo FUNDO a IPCA + 20% ao ano (Benchmark 2) até o momento de cálculo da Taxa de Performance,

VDa' = Soma de todos os valores já distribuídos aos quotistas a título de dividendos, amortização de Quotas e juros sobre capital próprio pelo FUNDO ou pelas Companhias Investidas corrigidos desde as respectivas datas de pagamento a IPCA + 20% ao ano (Benchmark 2) até o momento de cálculo da Taxa de Performance. Tal valor é limitado a Cc'.

A Taxa de Performance será calculada e paga, quando devida, ao GESTOR e ao CONSULTOR na data de cada distribuição de resultados aos quotistas do FUNDO. Também será calculada e paga Taxa de Performance em todos os momentos em que houver amortização de Quotas ou, ainda, na liquidação do FUNDO. Serão incluídos no cálculo da Taxa de Performance eventuais distribuições de resultados ou amortizações feitas diretamente pelas Companhias Investidas.

Taxa de Ingresso e Saída

Não será cobrada taxa de ingresso e ou saída dos investidores do FUNDO.

Outros Encargos do FUNDO

Constituem encargos do FUNDO, além da remuneração prevista na seção “Taxa de Administração”, as seguintes despesas que lhe poderão ser debitadas pelo ADMINISTRADOR:

I – emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;

II – taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;

III – despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos;

IV – despesas com correspondência do interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos quotistas;

V – honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do FUNDO;



VI – honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao FUNDO, se for o caso;

VII – parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do ADMINISTRADOR e GESTOR no exercício de suas funções;

VIII – prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do FUNDO entre bancos;

IX – todas e quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO e à realização de Assembléia Geral de Quotistas, inclusive aquelas decorrentes de registros;

X – Despesas pré-operacionais e de constituição do FUNDO, incluindo registros em órgãos públicos, despesas de assessoria legal e outras, no limite máximo total de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil Reais);

XI – taxa de custódia de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO; e

XII – despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, até o limite individual equivalente a 2% do valor da Integralização total pelos quotistas. Para despesas acima do limite é necessária aprovação prévia do Comitê de Investimentos.

Quaisquer outras despesas, que não estejam expressamente previstas no REGULAMENTO como encargos do FUNDO, correrão por conta do ADMINISTRADOR, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas.



IV. Fatores de Risco

Os principais fatores de risco a serem observados quando da realização do investimento são:

I.Fatores Macroeconômicos: O FUNDO está sujeito às variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas relevantes, poderão resultar (a) em alongamento do período de amortização ou (b) Liquidação do FUNDO, o que poderá ocasionar a perda, pelos respectivos quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devido pelo FUNDO ou por qualquer pessoa, incluindo o ADMINISTRADOR e o GESTOR, qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza.

II.Risco de Concentração da Carteira do FUNDO: A carteira do FUNDO estará concentrada em valores mobiliários de emissão de uma Companhia Investida, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados ao desempenho da respectiva Companhia Investida.

III.Risco relacionado às Corretoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários: O FUNDO poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários. Na hipótese de um problema de falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores de títulos de dívida ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do FUNDO, o FUNDO poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

IV. Riscos de Liquidez dos ativos do FUNDO: As aplicações do FUNDO nos Valores Mobiliários apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez garantida. Caso o FUNDO precise vender os Valores Mobiliários, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido, causando perda de patrimônio do FUNDO, e, conseqüentemente, do capital, parcial ou total, investido pelos quotistas.

V. Risco de Liquidez Reduzida das Quotas: O volume inicial de aplicações no FUNDO e a inexistência de tradição no mercado de capitais brasileiro de negociações envolvendo Quotas de fundos fechados fazem prever que as Quotas do FUNDO não apresentarão liquidez satisfatória. Tendo em vista a natureza de fundo fechado, não será permitido ao Quotista solicitar o resgate de suas Quotas a qualquer momento, mas tão somente nas hipóteses previstas neste REGULAMENTO.

VI. Prazo para Resgate das Quotas. Ressalvada a amortização de Quotas do FUNDO, pelo fato de o FUNDO ter sido constituído sob a forma de condomínio fechado, o resgate de suas Quotas somente poderá ocorrer após o término do Prazo de Duração do FUNDO, ocasião em que todos os quotistas deverão resgatar suas Quotas, ou nas hipóteses de Liquidação, conforme previsto no REGULAMENTO. Tal característica do FUNDO poderá limitar o interesse de outros investidores pelas Quotas do FUNDO, reduzindo sua liquidez no mercado secundário.

VII. Inexistência de Garantia de Eliminação de Riscos: A realização de investimentos no FUNDO sujeita o investidor aos riscos aos quais o FUNDO e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos quotistas no FUNDO. Embora o ADMINISTRADOR mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do FUNDO, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para os quotistas. O FUNDO não conta com garantia do ADMINISTRADOR e do Coordenador, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, para redução ou eliminação dos riscos aos quais está sujeito, e conseqüentemente, os quotistas. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida. As eventuais perdas patrimoniais do FUNDO não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os quotistas podem ser futuramente chamados a aportar recursos adicionais no FUNDO.



V. Características da Oferta

Oferta e Público Alvo

O FUNDO é destinado a investidores qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução nº 409/2004 e artigo 5º da Instrução 391/03, ambas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), doravante denominados quotistas, que busquem o objetivo de investimento, conheçam e aceitem assumir os riscos, descritos no REGULAMENTO.

Quantidade, Classe e Valor das Quotas

A presente oferta distribuirá, no mínimo, 16 (dezesesseis) e até 1.600 (mil e seiscentas) Quotas de única classe do FUNDO, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) cada, perfazendo o montante total de até R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais).

Direitos, Vantagens e Restrições das Quotas

As Quotas garantem a seus titulares os direitos, vantagens e restrições a elas atribuídos no REGULAMENTO e na regulamentação aplicável, inclusive (i) o direito de participar das Assembleias Gerais e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às Quotas, e (ii) o direito de receber integralmente todos os recursos que venham a ser distribuídos pelo FUNDO a título de amortização de Quotas e/ou as quantias atribuídas pela Companhia Investida ao FUNDO, a título de dividendos, que venham a ser distribuídas pelo FUNDO, nos termos do REGULAMENTO.

Registro da Oferta

Procedimentos para a Celebração de Compromissos de Investimento, Subscrição e Integralização das Quotas.

No ato da subscrição das quotas, que se dará em até 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação do anúncio de início da respectiva distribuição, prorrogável por igual período mediante aprovação da Assembléia Geral, o subscritor assinará: i) Boletim de Subscrição, que será entregue ao ADMINISTRADOR; e ii) juntamente com o ADMINISTRADOR e na presença de 02 (duas) testemunhas, o Instrumento Particular de Compromisso de Investimento.

As chamadas de capital serão realizadas por meio de correspondência, a ser enviada aos quotistas pelo ADMINISTRADOR, mediante prévia solicitação do GESTOR, podendo ocorrer ao longo de todo o Período de Investimentos do FUNDO. Caso findo o Período de Investimento sem que tenha havido chamados em montante equivalente ao Capital Comprometido, a obrigação do quotista em relação às quotas subscritas e não integralizadas estará automaticamente extinta, e as quotas correspondentes serão canceladas.

Os recursos integralizados e não investidos durante o Período de Investimento que excederem ao montante estimado de custos operacionais futuros de responsabilidade do FUNDO deverão ser restituídos aos Investidores.

A Integralização das quotas correspondentes a cada um dos chamados de capital, nos termos do parágrafo primeiro, acima, deverão ser efetivadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data do envio da correspondência do ADMINISTRADOR solicitando a referida Integralização. O ADMINISTRADOR, por orientação do GESTOR, poderá, a qualquer tempo e independentemente da aprovação de investimentos em Companhias Alvo pelo Comitê de Investimentos, realizar um chamado de capital inicial aos quotistas, de até 5% (cinco por cento) do Capital Comprometido para início das atividades do FUNDO e pagamento das despesas ordinárias.



Os recursos depositados pelos investidores para a Integralização de Quotas do FUNDO deverão ser feitos em moeda corrente nacional, devendo constar do recibo fornecido ao investidor, expressamente, o valor dos recursos entregues à instituição.

Os quotistas que deixarem de atender à solicitação do ADMINISTRADOR (“Quotista Inadimplente”), nos termos mencionados acima, terão suas Quotas alienadas ou canceladas, nos termos abaixo.

As quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que não sejam alienadas no prazo de 10 (dez) dias úteis serão canceladas pelo ADMINISTRADOR, sem prejuízo de eventual indenização, pelo Quotista Inadimplente, das perdas e danos que tiver dado causa.

As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que não sejam alienadas no prazo de 10 (dez) dias úteis serão canceladas pelo ADMINISTRADOR.

As Quotas serão emitidas em números inteiros, terão a forma nominativa e serão escrituradas em nome de seu titular, observado o disposto na Instrução CVM nº 391/2003.

As frações de Quotas geradas por eventual diferença de cálculo entre o valor integralizado e o valor da quota serão revertidas ao patrimônio do FUNDO, em benefício da totalidade dos quotistas existentes.

Integralização das Quotas

Sem prejuízo das chamadas de capital mencionadas no item anterior, o prazo para subscrição e Integralização das Quotas é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de registro da Oferta na CVM, cancelando-se as Quotas não emitidas neste período, sendo o mesmo prorrogável mediante aprovação da Assembleia Geral.

Valor Mínimo de Investimento

O valor mínimo de subscrição é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por quotista.

Cronograma da Oferta

| Evento | Data Prevista |
|---|--|
| Protocolo do Pedido de Registro da Oferta na CVM | 30 de setembro de 2009 |
| Registro da Oferta na CVM | 19 de novembro de 2009 |
| Publicação do Anúncio de Início | 20 de novembro de 2009 |
| Término do Período de Distribuição | 19 de maio de 2010, salvo eventuais prorrogações |
| Publicação do Anúncio de Encerramento da Distribuição | 19 de maio de 2010, salvo eventuais prorrogações |

Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta

O ADMINISTRADOR pode, em nome do FUNDO, requerer à CVM a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorra, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido do registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando um aumento relevante dos riscos por ela assumidos e inerentes à própria Oferta.

Adicionalmente, a Assembleia Geral pode modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, § 3º, da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja deferido, a CVM poderá, por iniciativa própria ou por pedido do ADMINISTRADOR, em nome do FUNDO, nos casos em que aprovado pela Assembleia Geral, prorrogar o prazo para distribuição da Oferta por até 90 (noventa) dias, contados da aprovação do pedido de modificação.



Se a Oferta for revogada, os Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição firmados anterior ou posteriormente à revogação serão considerados ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos subscritores os valores já integralizados, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

A revogação ou qualquer modificação da Oferta será imediatamente divulgada por meio de “Anúncio de Retificação”, a ser publicado em periódico de grande circulação, veículo também utilizado para a divulgação do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400, e do Anúncio de Encerramento.

Em se tratando de modificação da Oferta, após a publicação do Anúncio de Início, o ADMINISTRADOR deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento dos Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, de que o subscritor está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta, por meio da entrega ao ADMINISTRADOR do respectivo Compromisso de Investimento, deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter seu investimento no FUNDO, sendo presumida a manutenção em caso de silêncio.

Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que (a) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro; e (ii) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aderido à Oferta, por meio da entrega ao ADMINISTRADOR de Compromissos de Investimento e da assinatura dos respectivos Boletins de Subscrição, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar o respectivo Compromisso de Investimento e eventuais Boletins de Subscrição já assinados até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao recebimento da referida comunicação. Todos os investidores que já tenham entregue ao ADMINISTRADOR Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, na hipótese de cancelamento da Oferta, e os investidores que tenham revogado seus Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores integralizados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento da revogação do Compromisso de Investimento e Boletim de Subscrição ou da comunicação do cancelamento da Oferta, conforme o caso.

Negociação de Quotas

As Quotas do FUNDO que tenham sido objeto de distribuição pública, ressalvadas as negociações privadas entre investidores qualificados, somente poderão ser negociadas no mercado de bolsa ou de balcão organizado, cabendo ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas.



A colocação das Quotas do FUNDO poderá ser objeto de distribuição pública primária no mercado de balcão organizado, por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, operacionalizado pela CETIP – CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, ou, alternativamente, será realizada em mercado de balcão não organizado, mediante Transferência Eletrônica Disponível – TED. As Quotas poderão ser negociadas no mercado secundário no Módulo de Fundos - SF, operacionalizado pela CETIP, cabendo, em todos os casos, aos intermediários assegurar que a aquisição de Quotas somente seja feita por investidores qualificados.

Para proceder à transferência de titularidade das Quotas negociadas privadamente, será exigido pelo ADMINISTRADOR a comprovação da condição de investidor qualificado do adquirente das Quotas e a apresentação do Contrato de Compra e Venda registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

Observado o disposto neste PROSPECTO, é permitida a negociação de Quotas, pelo quotista, a qualquer momento após a Integralização das mesmas.

Custos de Distribuição

O custos de distribuição da presente emissão são:

| Custos | Custo Total (em R\$) | % em Relação ao valor da Oferta* | Custo Unitário de Distribuição (R\$/nº total de quotas) | % em relação ao Preço Unitário de Distribuição |
|---|----------------------------|-------------------------------------|---|--|
| Comissões | | | | |
| <i>Comissão de Coordenação</i> | 0 | 0% | 0 | 0% |
| <i>Comissão de Colocação</i> | 0 | 0% | 0 | 0% |
| <i>Comissão de Garantia de Subscrição</i> | 0 | 0% | 0 | 0% |
| <i>Outras Comissões</i> | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Despesas decorrentes do Registro | | | | |
| <i>Taxa de Registro de Distribuição</i> | R\$ 82.870,00 | 0,05% | 51,79 | 0,05% |
| <i>Despesas de Registro em cartório</i> | Máximo de R\$ 15.000,00 | 0,01% | 9,375 | 0,01% |
| Outros Custos | | | | |
| <i>Advogados</i> | R\$ 180.000,00 | 0,12% | 112,5 | 0,12% |
| <i>Publicação de Anúncios</i> | R\$ 180.000,00 | 0,12% | 112,5 | 0,12% |

* Considerando o valor máximo da distribuição.

Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do FUNDO, bem como para obtenção de cópias do REGULAMENTO e deste PROSPECTO, os interessados deverão dirigir-se à CVM ou à sede do ADMINISTRADOR ou do GESTOR, nos endereços indicados nas seções “Informações Básicas sobre o FUNDO” e “Identificação de Prestadores de Serviços e Outros”, sendo que este PROSPECTO encontra-se à disposição dos investidores na CVM e na CETIP apenas para consulta e reprodução.



VI. Características do FUNDO

Base Legal

O ATLÂNTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SAÚDE é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, regido por seu REGULAMENTO e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente a Instrução CVM 391.

Público Alvo

O FUNDO destina-se à aplicação exclusivamente por outros Investidores Qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409.

Prazo de Duração

O Prazo de Duração do FUNDO é de 07 (sete) anos, contados a partir da data da primeira Integralização de Quotas do FUNDO, podendo ser prorrogado por até mais 02 (dois) anos, conforme proposto pelo Comitê de Investimentos e aprovado pela Assembléia Geral de Quotistas, especialmente convocada para esse fim, respeitado os parágrafos abaixo.

O Prazo de Duração do FUNDO será dividido em dois períodos, (i) o “Período de Investimento” e o (ii) “Período de Desinvestimento”. O prazo do Período de Investimento será de até 3 (três) anos, podendo ser estendido por mais 1 (um) ano, desde que aprovado pela Assembléia Geral de Quotistas. O Período de Desinvestimento terá um prazo máximo de 4 (quatro) anos, podendo ser estendido por mais 2 (dois) anos pela Assembléia Geral de Quotistas; ou por mais 1 (um) ano se o Período de Investimentos já tiver sido estendido por 1 (um) ano.

O final do Período de Investimento será antecipado caso o total do capital subscrito e integralizado pelos quotistas tenha sido investido, excetuando-se o Capital Integralizado pelos quotistas provisionado para o pagamento dos Encargos do FUNDO.

O FUNDO poderá fazer desinvestimentos em qualquer época durante o seu Prazo de Duração, mantendo-se, contudo os Períodos de Investimento e Desinvestimento.

Foro

O foro competente para dirimir controvérsias relativas ao FUNDO ou questões decorrentes do presente PROSPECTO é o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

Objetivo do FUNDO

O objetivo do FUNDO é proporcionar ganhos de capital e dividendos através de investimentos em Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas, que tenham por objetivo, especialmente, investir e participar em companhias abertas ou fechadas que tenham por objeto o fornecimento e prestação de serviços para a área da SAÚDE SUPLEMENTAR, tais como: hospitais, clínicas, laboratórios, administradoras de serviços, benefícios ou CONSULTORIAS na área de Saúde, bem como desenvolvimento e/ou a incorporação e/ou o investimento e/ou o financiamento de empreendimentos ligados à área da SAÚDE SUPLEMENTAR, tais como aqueles previstos na Lei n.º 9.656/98 e na Lei n.º 9.961/00, dentre outros.



Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

Os investimentos do FUNDO nas Companhias Alvo serão realizados por meio de Valores Mobiliários, de modo a propiciar ao FUNDO a sua efetiva participação no processo decisório da Companhia Investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

Na hipótese de investimento em debêntures simples, as respectivas escrituras de emissão das debêntures simples devem possuir dispositivos que: (i) imponham a observância de padrões de boa governança corporativa à Companhia Investida, (ii) prevejam o vencimento antecipado das debêntures, caso tais padrões não sejam observados, e (iii) contenham mecanismos que propiciem ao FUNDO participar de sua administração.

A participação do FUNDO no processo decisório da Companhia Investida deverá ocorrer:

- (i) pela participação majoritária na Companhia Investida, ou detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle;
- (ii) pela celebração de acordo de acionistas; ou, ainda,
- (iii) pela celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao FUNDO efetiva influência na definição da política estratégica da Companhia Investida e na sua gestão.

No caso de investimento, pelo FUNDO, em companhias sem registro de companhia aberta perante a CVM, estas deverão ter as seguintes práticas de governança corporativa:

- I - proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- II - estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para todo o Conselho de Administração;
- III - disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia Investida;
- IV - adesão a câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- V - no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o FUNDO, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- VI - auditoria anual, no mínimo, de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

Com relação ao disposto no parágrafo acima, o total de emissão ou co-obrigação de uma mesma instituição financeira não pode exceder o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido.

Caberá exclusivamente ao GESTOR a responsabilidade pela verificação da adequação e manutenção, durante o período de duração do investimento, pelas Companhias Investidas, conforme o caso, dos requisitos estipulados neste PROSPECTO.

O FUNDO poderá aplicar até 30% (trinta por cento) de seus recursos em uma única Companhia.



O FUNDO poderá deter participação de até 100% (cem por cento) do capital das Companhias Investidas que investir.

Os recursos que não estiverem alocados nos termos da política de investimento do FUNDO poderão, em qualquer período, ser investidos na aquisição de:

I – Títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, até o limite de 100% do Patrimônio Líquido;

II – Títulos de renda fixa ou Quotas de fundos das classes renda fixa e referenciado DI de livre escolha do GESTOR, inclusive os administrados e geridos pelo ADMINISTRADOR e /ou pelo GESTOR, entre fundos geridos por instituições de primeira linha, até o limite de 100% Patrimônio Líquido, observado o disposto nos parágrafos abaixo.

Os investimentos previstos no parágrafo acima poderão ser feitos em função de disponibilidade de caixa no FUNDO e serão feitos por livre escolha do GESTOR, sem necessidade de aprovação pelo Comitê de Investimentos.

O FUNDO não poderá, ainda, realizar operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial através de operações com opções que tenham como ativo subjacente valor mobiliário que integre a carteira do FUNDO ou no qual haja direito de conversão.

Amortização de Quotas e Distribuição de Dividendos Recebidos pelo FUNDO

Não haverá resgate de Quotas, a não ser pelo término do Prazo de Duração ou pela liquidação do FUNDO.

O Comitê de Investimento poderá aprovar amortização de Quotas emitidas pelo FUNDO.

Para fins de amortização de Quotas, serão deduzidos quaisquer tributos e despesas incorridos direta ou indiretamente em decorrência do investimento, ou de sua alienação.

Durante o período de investimento, caso haja desinvestimento de ativos, o Comitê de Investimento poderá aprovar o reinvestimento dos recursos.

O pagamento aos quotistas de dividendos não serão considerados amortização de Quotas, mas comporão a base de cálculo para efeitos de rentabilidade do FUNDO e para cálculo da Taxa de Performance.

Sem prejuízo da competência do Comitê de Investimentos, as amortizações deverão sempre respeitar o prazo de carência de 1 (um) ano, contado a partir da primeira Integralização de Quotas do FUNDO.

Os dividendos das Companhias Investidas serão repassados diretamente aos quotistas. , Quaisquer outros recursos decorrentes de alienações ou quaisquer recebimentos distribuídos pelas Companhias Investidas integrantes da carteira do FUNDO, assim como quaisquer outros valores recebidos por este, em decorrência de seus investimentos nas referidas Companhias Investidas serão sempre incorporados à carteira do FUNDO, podendo ser alvo de amortizações na forma deste PROSPECTO.

Caso tais valores sejam recebidos pelo FUNDO durante o Período de Investimento, tais recursos poderão, a critério do GESTOR, se aprovado pelo Comitê de Investimentos, serem aplicados em novos investimentos, exceto dividendos que serão repassados diretamente aos quotistas.



Liquidação do FUNDO

O FUNDO entrará em liquidação ao final de seu Prazo de Duração ou de suas prorrogações, ou por deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.

No caso de liquidação do FUNDO, o ADMINISTRADOR deve promover a divisão do Patrimônio Líquido entre os quotistas, deduzidas taxas de administração e de performance, inclusive comissões, remunerações, provisões e quaisquer outras despesas, mesmo contingentes, na proporção de suas Quotas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Encontrando dificuldade na alienação de ativos de baixa liquidez a preço justo, o ADMINISTRADOR deve convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a destinação de tais bens.

Após alienação integral do Patrimônio Líquido, o ADMINISTRADOR deve disponibilizar o valor correspondente a cada quotista em uma mesma data.

O pagamento aos quotistas será efetuado através de DOC, TED, ou CETIP quando as Quotas estiverem custodiadas no SF, ou, em casos especiais, aprovados pela Assembléia Geral de Quotistas, em títulos e Valores Mobiliários, incluindo mas não limitado à entrega das ações representativas das Companhias Investidas, nestes casos a liquidação deverá ocorrer fora do ambiente da CETIP.

Exercício Social, Demonstrações Contábeis e Metodologia para Avaliação dos Ativos

O FUNDO terá escrituração contábil própria destacada das relativas ao ADMINISTRADOR e GESTOR, bem como do custodiante e do depositário.

As demonstrações contábeis do FUNDO estarão sujeitas às normas específicas expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente.

O FUNDO deverá levantar balancete ao final de cada mês e balanços semestrais em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações contábeis serão colocadas à disposição dos interessados, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento dos balanços a que se referirem.

A avaliação das Quotas do FUNDO será feita pelo ADMINISTRADOR, diariamente, e, se dará utilizando-se, para cada valor mobiliário da carteira, os métodos previstos abaixo:

| Ativo | Fontes |
|------------------|--|
| Títulos Públicos | Os títulos são apreçados pelos preços unitários de títulos públicos divulgados pelo Mercado Secundário da ANDIMA. |
| Títulos Privados | A nossa metodologia de precificação de ativos privados obedece necessariamente a seguinte ordem de prioridade: a) Caso o ativo possua taxa divulgada pela ANDIMA, utilizamos essas taxas para calcular o PU de mercado; b) Caso o ativo não tenha taxa divulgada pela ANDIMA, o PU de mercado é dado pela mediana de preços fornecidos por um pool de players com forte participação no mercado (PIC); c) Quando os dados em questão não forem de qualidade/quantidade mínima para o cálculo do PIC, o valor do título é apurado usando a metodologia de precificação cruzada. Caso não haja dados para a precificação cruzada ou o fluxo de amortização do papel não seja pré-definido precificamos o ativo na curva de aquisição, |



| | |
|-------|---|
| Ações | <p>São utilizadas as cotações referentes ao preço de fechamento do dia negociadas na BOVESPA, obtidas por um arquivo enviado por ela mesma.</p> <p>Para ativos sem negociação, o valor do título deverá ser avaliado conforme seu custo de aquisição, sem prejuízo do disposto no parágrafo seguinte.</p> <p>Serão admitidas como alternativas de avaliação: (a) quando possuírem como único ativo ações em investimento direto cotada em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, o último balanço auditado da companhia investida, que será usado para atualizar os ativos circulantes e passivos da companhia avaliada e o investimento direto será atualizado pela última cotação de fechamento disponível na bolsa de valores, proporcionalmente à participação indireta nessa companhia; ou (b) contratação de empresa independente especializada e aprovada pelo BNY Mellon, nos termos da Instrução CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006, para determinação do valor econômico, devendo tais ativos passarem a ser contabilizados pelo seu valor econômico.</p> |
|-------|---|

Política de Divulgação de Informações

O ADMINISTRADOR deverá divulgar a todos os quotistas e à CVM qualquer ato ou fato relevante atinente ao FUNDO, exceto com relação a informações sigilosas referentes à Companhia Investida, obtidas pelo ADMINISTRADOR e/ou pelo GESTOR sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da Companhia Investida. Em qualquer caso, o ADMINISTRADOR fica obrigada a enviar à CVM, simultaneamente, exemplares de quaisquer comunicações relativas ao FUNDO divulgadas para quotistas ou terceiros.

Além disso, o ADMINISTRADOR deverá remeter à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, e aos quotistas as seguintes informações relativas ao FUNDO, em conformidade com o estabelecido no REGULAMENTO e na regulamentação em vigor:

trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil:

- (i) o valor do Patrimônio Líquido do FUNDO; e
- (ii) número de Quotas emitidas.

semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período:

- (i) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e Valores Mobiliários que a integram;
- (ii) demonstrações contábeis do FUNDO acompanhadas da declaração a que se refere o artigo 14, inciso V, da Instrução CVM 391;
- (iii) os encargos debitados ao FUNDO, devendo ser especificado o seu valor; e
- (iv) a relação das instituições encarregadas da prestação de serviços de custódia dos títulos e Valores Mobiliários componentes da Carteira.



Anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social:

- (i) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (ii) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (iii) os encargos debitados ao FUNDO, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do FUNDO.

É permitida a remessa das informações acima por meio eletrônico aos quotistas, desde que estes sejam devidamente comunicados.

Adicionalmente, será fornecido aos quotistas, contra recibo, no ato de seu ingresso no FUNDO: (i) exemplar do REGULAMENTO e, em caso de distribuição de Quotas com elaboração de prospecto, exemplar do respectivo prospecto; (ii) breve descrição da qualificação e experiência profissional do ADMINISTRADOR e do GESTOR na administração ou gestão de carteiras; e (iii) documento de que constem claramente as despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o Quotista tenha de arcar.



VII. Administração e Gestão

A administração do FUNDO será exercida pela BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61, devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 4.620, expedido em 19 de dezembro de 1997.

O ADMINISTRADOR do FUNDO, observadas as limitações legais e deste PROSPECTO, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do FUNDO, compreendendo o conjunto de serviços relacionados direta ou indiretamente ao seu funcionamento e à sua manutenção, podendo, dessa forma, exercer todos os direitos inerentes aos títulos, valores mobiliários e à carteira de investimentos do FUNDO, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, fazer a liquidação financeira de todas as operações do FUNDO, receber dividendos e quaisquer outros rendimentos recebimento de recursos quando da emissão ou Integralização de Quotas, e pagamento quando de amortização pelo FUNDO ou quando da liquidação do FUNDO .

São obrigações do ADMINISTRADOR, sem prejuízo de qualquer outra prevista na Instrução CVM nº 391/2003:

I – manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 05 (cinco) anos após o encerramento do FUNDO:

a) o registro de quotistas e de transferência de Quotas;

b) o livro de atas das assembléias gerais de quotistas;

c) o livro de presença de quotistas;

d) o arquivo dos pareceres de auditores independentes;

os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizada pelo FUNDO e seu patrimônio;

f) a documentação relativa às operações do FUNDO;

II – receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao FUNDO;

III – custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do FUNDO;

IV – pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM nº 391/2003 e alterações posteriores;

V – elaborar e divulgar as demonstrações contábeis semestrais e anuais, e demais informações do FUNDO, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM nº 391/2003 e do REGULAMENTO do FUNDO;



VI – divulgar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO, a ser fornecido pelo GESTOR em conjunto com o CONSULTOR, incluindo comparativo entre rentabilidade e benchmark do FUNDO;

VII – se houver, fornecer aos quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, elaborados pelo GESTOR ou pelo CONSULTOR, que fundamentem as decisões tomadas em Assembléia Geral de quotistas, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;

VIII – se houver, fornecer aos quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo GESTOR ou pelo CONSULTOR, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;

IX – no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso I deste item até o término do mesmo;

X – exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos pelo GESTOR, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDO, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, tomando inclusive as medidas judiciais cabíveis;

XI – transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de ADMINISTRADOR;

XII – manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da carteira do FUNDO custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;

XIII – elaborar e divulgar as informações previstas no REGULAMENTO;

XIV – firmar, em nome do FUNDO, acordos de acionistas das sociedades de que o FUNDO participe;

XV – cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Quotistas e do Comitê de Investimentos;

XVI – cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste REGULAMENTO ;

XVII – fornecer ao quotista, gratuitamente, quando do seu ingresso no FUNDO:

a)exemplar do REGULAMENTO DO FUNDO;

b)breve descrição da qualificação e da experiência profissional do corpo técnico do ADMINISTRADOR e do GESTOR, na função de administração ou gestão de carteira;

c)documento de que constem claramente as despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o quotista tenha de arcar.

Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos VII e VIII deste item, o ADMINISTRADOR poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembléia Geral de Quotistas, tendo em conta os interesses do FUNDO e dos demais quotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às empresas nas quais o FUNDO tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os quotistas que requereram a informação.



O ADMINISTRADOR obriga-se a comunicar aos quotistas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a respeito da ocorrência, bem como a tomar as medidas necessárias para garantir a regularidade, de todas as transações em moeda nacional, ou envolvendo títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro que ultrapassar limite fixado pela Circular BACEN no 2.852, de 03.12.1998, pela Instrução CVM no 301, de 16.04.1999, pela Instrução SPC no 22, de 19.07.1999 e por Ofício-Circular no 08/SPC/GAB, de 16.07.2004 e posteriores alterações, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de “lavagem de dinheiro” ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei n.º 9.613/98.

A destituição ou substituição do ADMINISTRADOR, somente poderá ocorrer por deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, nos termos definidos no Capítulo IX do REGULAMENTO do FUNDO.

A CVM, no uso de suas atribuições legais, poderá descredenciar o ADMINISTRADOR, em conformidade com as normas que regulam o exercício da Atividade de administrador de carteira.

Na hipótese de descredenciamento, ficará o ADMINISTRADOR obrigado a convocar, imediatamente, a Assembléia Geral de quotistas para eleição de seu substituto, a se realizar no prazo de até 10 (dez) dias, sendo também facultado aos quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Quotas emitidas, ou à CVM, a convocação da Assembléia Geral dos Quotistas.

O ADMINISTRADOR pode renunciar às suas funções informando sua decisão, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, por intermédio de carta enviada a cada quotista e à CVM, ficando obrigado, no mesmo ato, a convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre sua substituição ou liquidação do FUNDO, no prazo máximo de até 10 (dez) dias contados da data da comunicação de sua renúncia, sendo facultado aos quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Quotas emitidas, em qualquer caso, ou à CVM, no caso de descredenciamento, a convocação da Assembléia Geral de Quotistas.

No caso de renúncia, o ADMINISTRADOR deverá permanecer no pleno exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sob pena de, passado tal prazo, o ADMINISTRADOR solicitar à CVM a indicação de administrador temporário.

No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar administrador temporário até a eleição de nova administração.

O ADMINISTRADOR, em caso de renúncia, terá direito ao recebimento da sua remuneração até sua efetiva substituição.

A competência para gerir a carteira do FUNDO, que engloba as atribuições de seleção, avaliação, aquisição, alienação, subscrição, conversão, permuta e exercício dos demais direitos inerentes aos ativos e às modalidades operacionais que integrem a carteira do FUNDO, cabe com exclusividade ao GESTOR, sem prejuízo dos poderes de representação do FUNDO que cabem ao ADMINISTRADOR e das demais disposições do REGULAMENTO.

O ADMINISTRADOR pode delegar os poderes de representação ao GESTOR, sem prejuízo do dever de informação ao ADMINISTRADOR, mediante instrumento próprio, de modo que o GESTOR possa, diretamente, comparecer e votar em assembleias gerais de sócios das Companhias Investidas, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, e reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie, exercer direito de ação, negociar contrato social ou estatuto social das Companhias Investidas, conforme o caso, e eventuais alterações, assim como firmar contratos de compra e venda de Valores Mobiliários, acordos de acionistas das Companhias Investidas, acordos de investimento e outros instrumentos correlatos.



Para a prestação dos serviços de gestão do FUNDO, o FUNDO celebrou, nos termos do §2º do artigo 9º da Instrução CVM n.º 391/03, um “Contrato de Gestão” com a ATLÂNTICA ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA., sociedade com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.055, Conj. 31, Pinheiros, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita do CNPJ o n.º 07.989.263/0001-14, autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM através do Ato Declaratório n.º 8875, expedida em 26 de julho de 2006, doravante designada como GESTOR.

São obrigações do GESTOR, dentre outras previstas no REGULAMENTO e na legislação aplicável:

- (i) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDO;
- (ii) cumprir e, na medida de suas atribuições, fazer cumprir todas as disposições constantes do REGULAMENTO do FUNDO, as deliberações da Assembléia Geral de Quotistas e do Comitê de Investimentos;
- (iii) a seu critério, ou em conjunto com o CONSULTOR, identificar, analisar, negociar e estruturar todas as alternativas de investimentos, bem como elaborar os estudos e análises de investimentos e desinvestimentos que fundamentem as decisões a serem levadas em Comitê de Investimentos, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações para as respectivas decisões;
- (iv) elaborar parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO, em conjunto com o CONSULTOR, para serem divulgadas juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais elaboradas pelo ADMINISTRADOR;
- (v) atualizar em conjunto com o CONSULTOR, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da solicitação do ADMINISTRADOR ou dos quotistas, os estudos e análises solicitados nos termos dos incisos VII e VIII do Artigo 5º do REGULAMENTO do FUNDO, permitindo o acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- (vi) fornecer orientação estratégica às Companhias Investidas, incluindo identificação de potenciais mercados e parceiros estratégicos, bem como reestruturação financeira;
- (vii) nomear no mínimo um representante na diretoria ou no Conselho de Administração ou no Conselho Fiscal das Companhias Investidas pelo FUNDO ;
- (viii) exercer ou alienar, quando possível, desde que aprovado pelo Comitê de Investimentos, o direito de subscrição de ações e de outros Valores Mobiliários de empresas das quais o FUNDO seja titular;
- (ix) participar, presidir e indicar secretário para as reuniões do Comitê de Investimentos do FUNDO;
- (x) propor alternativas de investimento e desinvestimento aos membros do Comitê de Investimentos do FUNDO, em conjunto com o CONSULTOR;
- (xi) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Comitê de Investimentos do FUNDO relativas à realização de despesas e investimentos, à alienação ou baixa de ativos e investimentos, sendo que a execução das recomendações do Comitê de Investimentos será sempre de responsabilidade do GESTOR, desde que o ADMINISTRADOR, caso necessário, outorgue poderes para tanto necessários;



(xii) transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de GESTOR do FUNDO; e

(xiii) manter por 5 (cinco) anos após o encerramento do FUNDO, às suas expensas, atualizadas e em perfeita ordem, as atas do Comitê de Investimentos.

O GESTOR somente poderá constituir e captar recursos para um Novo Fundo de Investimento em Participações, cujo objetivo e composição da carteira sejam os mesmos estabelecidos neste REGULAMENTO, somente se o FUNDO já tiver investido, no mínimo, 90% do seu Capital Comprometido;

Durante o Período de Investimentos, e suas eventuais prorrogações, o GESTOR, ou quaisquer fundos de investimento administrados ou geridos pelo GESTOR, só poderão participar no capital social de sociedades cujo objeto social coincida com o objetivo e política investimento do FUNDO, se a oportunidade de investimento for apresentada ao Comitê de Investimentos do FUNDO e este não aprovar investimentos na sociedade.

A destituição do GESTOR somente poderá ocorrer por deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, nos termos definidos no Capítulo IX do REGULAMENTO do FUNDO.

A CVM, no uso de suas atribuições legais, poderá descredenciar o GESTOR, em conformidade com as normas que regulam o exercício da atividade de GESTOR de carteira.

No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar GESTOR temporário até a eleição de um novo GESTOR.

Na hipótese de descredenciamento, ficará o GESTOR obrigado a solicitar ao ADMINISTRADOR, a convocação imediata de Assembléia Geral de Quotistas para eleição de seu substituto, a se realizar no prazo de até 10 (dez) dias, sendo também facultado aos quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Quotas emitidas, ou à CVM, a convocação da Assembléia Geral dos Quotistas.

O GESTOR pode renunciar às suas funções informando sua decisão, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, por intermédio de carta registrada enviada a cada quotista e à CVM, ficando obrigado, no mesmo ato, a convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre sua substituição ou liquidação do FUNDO, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data da comunicação de sua renúncia, sendo também facultado aos quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Quotas emitidas, a convocação da Assembléia Geral dos Quotistas.

No caso de renúncia, o GESTOR deverá permanecer no pleno exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sob pena de, passado tal prazo, o GESTOR solicitar à CVM a indicação de gestor temporário.

O GESTOR, em caso de renúncia ou destituição, terá direito ao recebimento de sua remuneração, inclusive a título de prêmio de performance, calculada *pro rata temporis*, até sua efetiva substituição.



VIII. Assembléia Geral de Quotistas

É da competência privativa da Assembléia Geral de Quotistas:

I – tomar, anualmente, as contas relativas ao FUNDO e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo ADMINISTRADOR;

II – alterar o REGULAMENTO do FUNDO;

III – deliberar sobre a destituição ou substituição do ADMINISTRADOR e GESTOR e escolha de seus substitutos;

IV – deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do FUNDO;

V – deliberar sobre a emissão e distribuição de novas Quotas;

VI – deliberar sobre o aumento na Taxa de Administração ou Performance do FUNDO;

VII – deliberar sobre a prorrogação do Prazo de Duração do FUNDO;

VIII – deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e deliberação da AGQ;

IX – deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento do Comitê de Investimentos; e

X – deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações de quotistas.

O REGULAMENTO do FUNDO poderá ser alterado, independentemente da Assembléia Geral de Quotistas, ou de consulta aos quotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos quotistas.

A Assembléia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo ADMINISTRADOR pelo GESTOR, pelo Comitê de Investimentos ou por quotistas detentores de, no mínimo, 5% (cinco por cento) das quotas do FUNDO. O ADMINISTRADOR deverá efetivar a convocação sempre que solicitado por um dos demais citados neste item.

A convocação da Assembléia Geral de Quotistas far-se-á mediante carta, publicação em jornal ou por correio eletrônico, garantida a segurança das mensagens, a todos os quotistas, devendo para tanto, que todos os quotistas mantenham atualizados seus dados junto ao ADMINISTRADOR.

Da convocação deve constar, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a AGQ e, ainda que de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral de Quotistas deverá ser feita, no mínimo, com 15 (quinze) dias corridos de antecedência da sua realização, ressalvadas as hipóteses de renúncia do ADMINISTRADOR ou GESTOR, cujo prazo máximo para realização da Assembléia é de 10 (dez) dias contados da data da convocação.

Independentemente das formalidades previstas neste item, será considerada regular a Assembléia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os quotistas.



As deliberações da Assembléia Geral de Quotistas serão registradas em ata lavrada no livro próprio.

As deliberações da Assembléia Geral de Quotistas, que deve ser instalada com a presença de pelo menos um quotista, são tomadas pelo critério da maioria das Quotas de titularidade dos quotistas presentes, à exceção das matérias abaixo que exigirem quorum mais qualificado, sendo atribuído um voto a cada quota.

Quaisquer deliberações sobre as matérias previstas nos incisos II, IV, V, VI, VII, VIII e IX acima mencionados somente poderão ser aprovadas por quotistas representando, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Quotas subscritas.

A substituição do ADMINISTRADOR e/ou GESTOR depende do voto favorável de, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos quotistas presentes, com exclusão daqueles quotistas que forem sócios diretos ou indiretos do ADMINISTRADOR e/ou GESTOR, se a aprovação não fundamentar-se em culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e do REGULAMENTO.

A destituição do ADMINISTRADOR não implica na destituição do GESTOR e vice-versa.

Somente podem votar nas Assembléias Gerais os quotistas ou seus procuradores, inscritos na conta de depósito até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização.

Têm qualidade para comparecer à Assembléia Geral de Quotistas os quotistas, seus representantes legais identificados ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.



IX. Comitê de Investimentos

O GESTOR contará, sem prejuízo de suas responsabilidades no que diz respeito à gestão da carteira do FUNDO, com um Comitê de Investimentos (o “Comitê de Investimentos”) que terá as responsabilidades, atribuições e poderes definidos abaixo.

Além disso, o FUNDO contará com os serviços de consultoria técnica prestada por GLOBAL GESTAO EM SAUDE LTDA., com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3729 – 5º andar, Itaim BiBI, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04438-905, inscrita no CNPJ sob o nº 10.375.666/0001-88, Insc. Isenta, neste ato representada por Francisco Emerson Maximiano brasileiro, casado, administrador, portador da cedula de identidade R.G nº 21.410.388-2, inscrito sob CPF/MF sob nº 094.378.093-48 (“CONSULTOR”), que será responsável pela seleção, avaliação e indicação de investimentos, acompanhamento e avaliação dos investimentos realizados ou a serem realizados nas Companhias de capital fechado, nos termos do contrato a ser celebrado entre o FUNDO e o CONSULTOR, com a interveniência do GESTOR.

O CONSULTOR receberá pelo desempenho de suas funções, diretamente do FUNDO, valor definido em Contrato de CONSULTORIA firmado com o FUNDO.

O Comitê de Investimentos será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 8 (oito) membros titulares e seus respectivos suplentes. Até 2 (dois) membros do Comitê de Investimentos poderão ser indicados pelo GESTOR e até 02 (dois) pelo CONSULTOR, e os demais pelo conjunto de quotistas, observado que o conjunto de quotistas tenha a maioria dos membros do Comitê de Investimentos.

Os Membros do Comitê de Investimentos serão eleitos na assembléia de quotistas e terão mandato de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos indefinidamente.

Os Membros do Comitê de Investimentos não receberão qualquer tipo de remuneração do FUNDO pelo desempenho de suas funções.

Um representante do GESTOR ou do CONSULTOR irá presidir o Comitê de Investimentos.

Na hipótese de vaga de cargo por renúncia, morte, interdição ou qualquer outra razão, esta será preenchida automaticamente, por um novo membro. O novo membro indicado completará o mandato do membro substituído.

O Comitê de Investimentos reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação (i) do GESTOR; (ii) do CONSULTOR; (iii) de 3 (três) membros do Comitê de Investimentos. As convocações extraordinárias serão comunicadas por escrito ou por correio eletrônico a todos os membros do Comitê de Investimentos, com cópia para o ADMINISTRADOR, o GESTOR e o CONSULTOR, com indicação da data, horário, local da reunião e matérias a serem tratadas.

Para que o Comitê de Investimentos possa se reunir e validamente deliberar, será necessária a presença, seja física ou via telefone, de, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos membros. As decisões do Comitê de Investimentos serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes à reunião, cabendo um voto a cada membro do Comitê de Investimentos. O Comitê de Investimentos se instala com 70% (setenta por cento) de presença dos membros.

É possível a participação através de vídeo ou teleconferência ou a manifestação de voto por meio eletrônico.



Nas reuniões, serão lavradas atas que deverão ser firmadas por todos os membros presentes e uma certidão de inteiro teor das atas entregues pelo GESTOR ao ADMINISTRADOR.

Todo Membro do Comitê de Investimentos tem a obrigação de manifestar-se acerca de real ou potencial conflito de interesses de qualquer natureza nas matérias apreciadas pelo Comitê de Investimentos, em relação a sua pessoa ou ao quotista que ele representa.

O Comitê de Investimentos do FUNDO terá como funções:

- I Analisar, apreciar e aprovar investimentos e desinvestimentos totais ou parciais, seja por alienação e/ou baixa, nas Companhias Investidas integrantes da carteira de investimentos do FUNDO;
- II Aprovar o re-investimento dos recursos provenientes de qualquer desinvestimento, durante o Período de Investimentos;
- III Aprovar amortização de Quotas emitidas pelo FUNDO, em caso de qualquer ingresso de recursos no FUNDO;
- IV Acompanhar e supervisionar o desempenho do FUNDO;
- V Aprovar a distribuição, na forma de amortização de Quotas, pelo FUNDO, das quantias que lhe forem atribuídas a título de quaisquer direitos oriundos dos ativos integrantes da carteira do FUNDO, exceto dividendos;
- VI Recomendar a celebração de novo Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, nos termos deste PROSPECTO.

Para o bom desempenho do Comitê de Investimento, o GESTOR ou o CONSULTOR enviará aos seus membros o material necessário à avaliação da ordem do dia de cada reunião do Comitê de Investimento, juntamente com a convocação da referida reunião, que abrangerá os seguintes itens, quando aplicável:

- I análise do mercado de atuação da Companhia Alvo objeto do investimento;
- II análise econômico-financeira da Companhia Alvo ou Investida, projeções de fluxo de caixa e demonstrativos financeiros;
- III avaliação do investimento;
- IV estruturação financeira da operação envolvendo o investimento na Companhia;
- V aspectos societários da Companhia;
- VI aspectos jurídicos que balizarão os instrumentos a serem celebrados com o FUNDO, que poderão ser enviados por meio magnético; e
- VII possíveis opções de desinvestimento.



O CONSULTOR terá como funções:

- I Efetuar a seleção, avaliação e indicação de investimentos para o Comitê de Investimentos, acompanhamento e avaliação dos investimentos realizados ou a serem realizados nas Companhias Investidas;
- II Elaborar parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO, semestralmente, do qual conste, entre outras informações e/ou comentários necessários, declaração de que foram obedecidas as disposições do REGULAMENTO do FUNDO, bem como da legislação em vigor;
- III Elaborar estudos e análises de investimento e desinvestimento que fundamentem as decisões a serem tomadas pelos quotistas em Assembleia Geral de Quotistas, mantendo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e decisões tomadas;
- IV Atualizar, ao final de cada semestre, os estudos e análises, permitindo o acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis cursos de ação que maximizem o resultado do investimento;
- V Identificar, analisar, negociar, estruturar e documentar todas as alternativas de investimentos propostos ao Comitê de Investimentos para integrar a carteira de investimentos do FUNDO; e
- VI Propor alternativas de investimento e desinvestimento aos membros do Comitê de Investimentos do FUNDO, em conjunto com o GESTOR.

O Comitê de Investimento somente poderá deliberar a respeito de oportunidades de investimentos pelo FUNDO que tenham sido submetidas pelo CONSULTOR.



X. Regras de Tributação do FUNDO

O FUNDO e seus quotistas estão sujeitos às seguintes regras de tributação:

FUNDO:

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo FUNDO estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do FUNDO são isentos do Imposto de Renda.

Quotistas do FUNDO:

IOF/Títulos

As operações com as Quotas podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306/07, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento nas Quotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos quotistas tomará por base (i) a residência dos quotistas: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate das Quotas; e (c) a amortização das Quotas.

Quotistas Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

Quotistas Residentes no Exterior

Aos quotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade (“Paraíso Fiscal”).



Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do FUNDO ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo FUNDO, ou em caso do FUNDO deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos quotistas do FUNDO residentes no Brasil.



ANEXOS

Anexo I - Instrumento de Constituição

Anexo II - Instrumento de 1a alteração do Regulamento - Ato do Administrador

Anexo III - Instrumento de 2a alteração do Regulamento

Anexo IV - Regulamento alterado por Assembleia Geral de Quotistas

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Anexo I

Instrumento de Constituição

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



1143758 09-09-09

**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S/A**

CNPJ nº 02.201.501/0001-61

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
ATLÂNTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SAÚDE**

1. Por este instrumento particular, o **BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, sociedade devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 4.620, expedido em 19 de dezembro de 1997, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora ("Administrador"), resolve:
 - a. Constituir um Fundo de investimento em participações nos termos da Instrução da CVM nº 391, de 16 de julho de 2003 ("Instrução CVM nº 391/03"), conforme alterações, em regime de condomínio fechado, que será denominado **ATLÂNTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SAÚDE** ("Fundo");
 - b. Aprovar o Regulamento do Fundo, que segue anexo ao presente instrumento de constituição;
 - c. Nomear o Sr. José Carlos Lopes Xavier de Oliveira, brasileiro, divorciado, economista, portador da carteira de identidade nº 04667892-6, expedida pelo IFRJ, inscrito no CNPJ sob o número 003.888.737-10, residente nesta cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Rua Igarapava, 10 - apto 602, Leblon, para representação do Fundo perante a CVM;
 - d. Assumir as funções de administração do Fundo e contratar as seguintes instituições como prestadores de serviços ao Fundo: (i) **ATLÂNTICA ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA**, para ser responsável pelos serviços de gestão do Fundo; (ii) **GLOBAL GESTAO EM SAUDE LTDA.**, para os serviços de consultoria de investimentos; (iii) **Banco BRADESCO S.A.**, para ser responsável pelos serviços de tesouraria, contabilização e custódia qualificada dos ativos integrantes da carteira de investimentos do fundo; e (iv) **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do fundo;
 - e. Deliberar sobre a primeira emissão do Fundo, composta de até 1.000 (mil) quotas, correspondentes a frações ideais do patrimônio do Fundo. As quotas terão a forma nominativa e serão escrituradas em nome de seu titular, sendo que o preço inicial e unitário de emissão das quotas corresponderá a R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), totalizando a emissão o valor de até R\$ 160.000.000,00 (cento e





1143758 09-09-09

sessenta milhões de reais). As quotas terão os direitos e características definidos no Regulamento ora aprovado (que segue anexo ao presente instrumento), a sua distribuição será objeto de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 391/03 e da Instrução nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e serão inicialmente admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado - SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP; e

- f. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo e de realização da primeira emissão de quotas do Fundo, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVN nº 391/03 para a obtenção de aprovação da CVM relativa ao registro do Fundo e da primeira emissão de quotas do Fundo.
2. Estando assim deliberado este instrumento de constituição, vai o presente assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2009.

Paulo César Andrade dos Santos
BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S/A

6º RTD Rua Buenos Aires, 56 - 4º Andar - Centro - RJ
Tels.: (21) 2233-7878 / www.6rd-rj.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O NYE DATA DECLARADOS
A MARGEM, O QUE CERTIFICO.

☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala

☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto
CTPS nº 261221024 - RJ

☒ Marco André de Azevedo Santos - 2º Substituto
CTPS nº 252761015 - RN

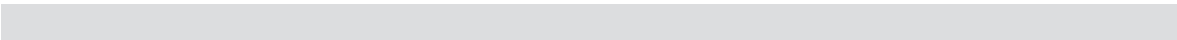
☐ Cleia de Araújo Barreto - 3º Substituta
CTPS nº 7324128-001 - RJ





Anexo II

Instrumento de 1ª alteração do Regulamento - Ato do Administrador



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



1144736 17-09-09

**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
CNPJ/MF n.º 02.201.501/0001-61

**INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
ATLÂNTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SAÚDE**

CNPJ/MF n.º 11.145.189/0001-27

1. Por este instrumento particular, a **BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61 ("Administrador"), na qualidade de instituição administradora do **ATLÂNTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SAÚDE**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 11.145.189/0001-27 ("Fundo"), em razão da inexistência de qualquer quotista do Fundo nesta data, resolve:
 - a. Aprovar a nova versão do regulamento do Fundo ("Regulamento"), nos termos do documento anexo; e
 - b. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de alteração do Regulamento.
2. Estando assim deliberado este instrumento de alteração do Regulamento, vai o presente assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2009.

**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

AVERBADO ao registro n.º 1145189 do
livro protocolo feito neste 6.º **Ofício de Registro**
de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.
RJ, 17/09/09
Oficial _____

6.º RTD Rua Buenos Aires, 56 - 4.º Andar - Centro - RJ
Tels.: (21) 2293-7878 / www.6rd-rj.com.br
REGISTRO EM MICROFILME SOB O Nº 5 DATA DECLARADOS
A MARGEM, O QUE CERTIFICO.
☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficial
☒ Paulo César Andrade dos Santos - 1.º Substituto
CTPS nº 26.122/024 - RJ
☐ Marco André de A.S. Santos - 2.º Substituto
CTPS nº 25276/015 - RJ
☐ Cleia de Araujo Barreto - 3.º Substituta
CTPS nº 7324120-001 - RJ



RNY73275





(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Anexo III

Instrumento de 2a alteração do Regulamento



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ/MF n.º 02.201.501/0001-61

2º INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
ATLÂNTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SAÚDE

CNPJ/MF n.º 11.145.189/0001-27

1. Por este instrumento particular, a BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61 ("Administrador"), na qualidade de instituição administradora do ATLÂNTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SAÚDE, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 11.145.189/0001-27 ("Fundo"), em razão da inexistência de qualquer quotista do Fundo nesta data e CONSIDERANDO o interesse dos envolvidos na estruturação do fundo em rever algumas das condições constantes do regulamento, resolve: Aprovar a nova versão do regulamento do Fundo ("Regulamento"), nos termos do documento anexo, sendo certo que esta versão substituirá, por completo, toda e qualquer versão anterior, inclusive para fins de registro junto à Comissão de Valores Mobiliários.
2. Estando assim deliberado este instrumento de alteração do Regulamento, vai o presente assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2009.

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

114614329/09-09

114614329/09-09

AVERBADO ao registro, n.º 1.461.736 do
viro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro
de Títulos e Documentos - RJ
em 29/09/09

RJ, 29/09/09

Oficial

6º RTD Rua Buenos Aires, 56 - 4º Andar - Centro - RJ
Tels : (21) 2233-7878 / www.6da-rj.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O N.º E DATA DE REGISTRO
A MARGEM O QUE CERTIFICO

☐ Sonia Maria Andrade dos Santos - Oficial
GTPS nº 26.362/024-RJ

☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto
GTPS nº 26.362/024-RJ

☐ Marco Antônio de A.S. Santos - 2º Substituto
GTPS nº 26.362/024-RJ

☐ Cléia do Anjo Barreto - 3º Substituto
GTPS nº 7324122-001-RJ

6º Ofício

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

SELO DE FISCALIZAÇÃO

CORREGEDORIA GERAL

ATLÂNTICA - RJ

REGISTRAR

RIU

ROE66802

47





(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Anexo IV

Regulamento alterado por Assembleia Geral de Quotistas



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



6RTD-RJ 14.09.2011
PROT. 1 224418

REGULAMENTO DO
ATLÂNTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SAÚDE
("FUNDO")

GLOSSÁRIO

| | |
|--|---|
| ADMINISTRADOR | BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, empresa administradora do FUNDO. |
| Assembleia Geral de Quotistas | Órgão de governança do FUNDO constituída por todos os quotistas e cujas competências, convocação e deliberação são estabelecidas no Capítulo IX do REGULAMENTO do FUNDO. |
| Benchmark 1 | Parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo FUNDO, conforme definido no artigo 15 do REGULAMENTO, e base para cálculo de parcela da Taxa de Performance. |
| Benchmark 2 | Parâmetro para cálculo da parcela adicional da Taxa de Performance, conforme definido no artigo 15 do REGULAMENTO. |
| Boletim de Subscrição | Documento firmado pelos quotistas na data da subscrição das Quotas, pelo qual o Quotista fica obrigado a integralizar suas Quotas durante o Período de Investimento. |
| Capital Integralizado | Valor efetivamente depositado pelos quotistas na conta do FUNDO como parte da Integralização Inicial ou mediante solicitação do ADMINISTRADOR aos quotistas nos termos do §2º do artigo 43 do REGULAMENTO do FUNDO. |
| Capital Comprometido | Somatório dos recursos comprometidos pelos quotistas, nos termos dos respectivos Instrumentos de Compromisso de Investimentos e Boletins de Subscrição, que será de até R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). |
| Companhia Alvo | São companhias brasileiras, abertas ou fechadas, podendo estas serem Sociedades de Propósito Específico – SPE, que atendam aos requisitos de composição da carteira de investimentos do FUNDO conforme definidas no Capítulo VII deste REGULAMENTO. |
| Companhia Investida, Companhia ou Companhias | Significa a Companhia alvo que recebeu investimentos do FUNDO. |
| Comitê de Investimentos | Comitê formado por representantes dos quotistas e do GESTOR que é responsável pela decisão dos investimentos do FUNDO nos termos do artigo 22 do REGULAMENTO do |



68TD-RJ 14.09.2011
PROT. 1224418

| | |
|---|--|
| | FUNDO. |
| Contrato de Gestão | Contrato de prestação de serviços celebrado entre o GESTOR e o FUNDO, com a interveniência do ADMINISTRADOR. |
| CONSULTOR | GLOBAL GESTAO EM SAUDE LTDA., com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3729 – 5º andar, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04438-905, inscrita no CNPJ son o nº 10.375.666/0001-88, Insc. Isenta |
| Equipe-chave | Os profissionais devidamente qualificados no Anexo II do Regulamento do FUNDO e que estão envolvidos diretamente nas atividades de gestão |
| GESTOR | ATLÂNTICA ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA, empresa gestora do FUNDO. |
| Instrumento Particular de Compromisso de Investimento | Significa cada instrumento particular de compromisso de investimento, pelo qual um investidor se compromete a subscrever e integralizar quotas, sempre que houver chamadas para tanto por parte do ADMINISTRADOR, até o limite do Capital Comprometido; |
| Integralização | Ato de aportar capital ao FUNDO pelos quotistas. |
| Integralização Inicial | Total de quotas integralizadas automaticamente pelos quotistas após a subscrição das quotas, e que será de 5% do Capital Comprometido. |
| IPCA | Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. |
| Membros do Comitê de Investimentos | Compreende os membros, titulares e suplentes, do Comitê de Investimento, indicados segundo critério estabelecido no artigo 21 do REGULAMENTO. |
| Patrimônio Líquido | Patrimônio Líquido do FUNDO conforme definido no artigo 37 do REGULAMENTO. |
| Período de Desinvestimento | Período que se estende desde o final do Período de Investimento até a liquidação do FUNDO. O Período de Desinvestimento terá um prazo máximo de 4 (quatro) anos, podendo ser estendido por mais 2 (dois) anos pela Assembléia Geral de Quotistas; ou por mais 1 (um) ano se o Período de Investimento já tiver sido estendido por 1 (um) ano |
| Período de Investimento | 3 (três) anos, podendo ser estendido por mais 1 (um) ano, desde que aprovado pela Assembléia Geral de Quotistas. |



6RTD-RJ 14.09.2011
PROT. 1224418

| | |
|---------------------------|---|
| Pessoas-chave | Os profissionais devidamente qualificados no Anexo II do REGULAMENTO do FUNDO e que estão envolvidos diretamente nas atividades de gestão. |
| Prazo de Duração do FUNDO | 7 (sete) anos, prorrogável por mais 2 (dois) anos por decisão da Assembléia Geral de Quotistas. |
| REGULAMENTO | É o presente instrumento. |
| Taxa de Administração | Taxa paga pelo FUNDO aos prestadores de serviços de administração, dentre eles o ADMINISTRADOR, o GESTOR e o Consultor, pelos serviços de administração e gestão, conforme definida no artigo 14 do REGULAMENTO |
| Taxa de Performance | Taxa a ser paga ao GESTOR, a título de participação nos resultados pela gestão da carteira do FUNDO, calculada nos termos do Artigo 15 do REGULAMENTO. |
| Valores Mobiliários | Ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, emitidos pela Companhia Alvo, conforme definidos no Capítulo VII - Política de Investimento do Fundo. |

CAPÍTULO I DO FUNDO

Artigo 1º - O ATLÂNTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SAÚDE, constituído sob a forma de condomínio fechado e regido pelo presente REGULAMENTO, pela Instrução CVM nº 391/2003, conforme alterações, bem como pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, destina-se a investidores qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM nº 409/2004 e artigo 5º da Instrução 391/03.

Artigo 2º - O prazo de duração do FUNDO é de 07 (sete) anos, contados a partir da data da primeira Integralização de quotas do FUNDO, nos termos do artigo 29 deste REGULAMENTO, podendo ser prorrogado por até mais 02 (dois) anos, conforme proposto pelo Comitê de Investimentos e aprovado pela Assembléia Geral de Quotistas, especialmente convocada para esse fim, respeitado o parágrafo 1º- abaixo.

§1º - O Prazo de Duração do FUNDO será dividido em dois períodos, (i) o "Período de Investimento" e o (ii) "Período de Desinvestimento". O prazo do Período de Investimento será de até 3 (três) anos, podendo ser estendido por mais 1 (um) ano, desde que aprovado pela Assembléia Geral de Quotistas. O Período de Desinvestimento terá um prazo máximo de 4



68TD-RJ 14.09.2011
PROTOC. 1224418

(quatro) anos, podendo ser estendido por mais 2 (dois) anos pela Assembléia Geral de Quotistas; ou por mais 1 (um) ano se o Período de Investimento já tiver sido estendido por 1 (um) ano.

§2º - O final do Período de Investimento será antecipado caso o total do capital subscrito e integralizado pelos Quotistas tenha sido investido, excetuando-se o Capital Integralizado pelos Quotistas provisionado para o pagamento dos Encargos do FUNDO nos termos do Capítulo X deste REGULAMENTO.

§3º - O FUNDO poderá fazer desinvestimentos em qualquer época durante o seu Prazo de Duração, mantendo-se para fins deste REGULAMENTO, contudo, os Períodos de Investimento e Desinvestimento.

§4º - O FUNDO terá seu exercício social encerrado no último dia de fevereiro de cada ano.

CAPÍTULO II DO OBJETIVO DO FUNDO

Artigo 3º - O objetivo do FUNDO é buscar valorização do capital investido a longo prazo em carteira diversificada de Valores Mobiliários, participando do processo decisório das Companhias Investidas na qualidade de acionista controlador isolado ou de participante do bloco de controle, e exercendo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, observado o disposto no Capítulo VII - Política de Investimento.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 4º - A administração do FUNDO será exercida pela BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61, devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 4.620, expedido em 19 de dezembro de 1997, doravante designada como ADMINISTRADOR.

§ Único. O ADMINISTRADOR do FUNDO, observadas as limitações legais e deste REGULAMENTO, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do FUNDO, compreendendo o conjunto de serviços relacionados direta ou indiretamente ao seu funcionamento e à sua manutenção, podendo, dessa forma, exercer todos os direitos inerentes aos títulos, valores mobiliários e à carteira de investimentos do FUNDO, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, fazer a liquidação financeira de todas as operações do FUNDO, receber dividendos e quaisquer outros rendimentos recebimento de recursos quando da emissão ou Integralização de quotas, e pagamento quando de amortização pelo FUNDO ou quando da liquidação do FUNDO.

Artigo 5º - São obrigações do ADMINISTRADOR, sem prejuízo de qualquer outra prevista na Instrução CVM nº 391/2003:

I - manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 05 (cinco) anos após o encerramento do FUNDO:



6RTD-RJ 14.09.2011
PROT. 1 224418

- a) o registro de quotistas e de transferência de quotas;
- b) o livro de atas das assembléias gerais de quotistas;
- c) o livro de presença de quotistas;
- d) o arquivo dos pareceres de auditores independentes;
- e) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizada pelo FUNDO e seu patrimônio;
- f) a documentação relativa às operações do FUNDO;

II – receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao FUNDO;

III – custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do FUNDO;

IV – pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM nº 391/2003 e alterações posteriores;

V – elaborar e divulgar as demonstrações contábeis semestrais e anuais, e demais informações do FUNDO, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM nº 391/2003 e deste REGULAMENTO;

VI – divulgar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO, a ser fornecido pelo GESTOR em conjunto com o CONSULTOR, incluindo comparativo entre rentabilidade e benchmark do FUNDO;

VII – fornecer aos quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das quotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, elaborados pelo GESTOR ou pelo CONSULTOR, que fundamentem as decisões tomadas em Assembléia Geral de Quotistas, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;

VIII – se houver, fornecer aos quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das quotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo GESTOR ou pelo CONSULTOR, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;

IX – no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso I deste artigo até o término do mesmo;

X – exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos pelo GESTOR, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDO, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, tomando inclusive as medidas judiciais cabíveis;

XI – transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de ADMINISTRADOR;



6RTD-RJ 14.09.2011
PROTUC.1 224418

XII – manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da carteira do FUNDO custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;

XIII – elaborar e divulgar as informações previstas neste REGULAMENTO;

XIV – firmar, em nome do FUNDO, acordos de acionistas das sociedades de que o FUNDO participe;

XV – cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Quotistas e do Comitê de Investimentos;

XVI – cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste REGULAMENTO;

XVII – fornecer ao quotista, gratuitamente, quando do seu ingresso no Fundo:

- a) exemplar do REGULAMENTO;
- b) breve descrição da qualificação e da experiência profissional do corpo técnico do ADMINISTRADOR e do GESTOR, na função de administração ou gestão de carteira;
- c) documento de que constem claramente as despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o quotista tenha de arcar.

§1º. Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos VII e VIII deste artigo, o ADMINISTRADOR poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembléia Geral de Quotistas, tendo em conta os interesses do FUNDO e dos demais quotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às empresas nas quais o FUNDO tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os quotistas que requereram a informação.

§2º. O ADMINISTRADOR obriga-se a comunicar aos Quotistas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a respeito da ocorrência, bem como a tomar as medidas necessárias para garantir a regularidade, de todas as transações em moeda nacional, ou envolvendo títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro que ultrapassar limite fixado pela Circular BACEN no 2.852, de 03.12.1998, pela Instrução CVM no 301, de 16.04.1999, pela Instrução SPC no 22, de 19.07.1999 e por Ofício-Circular no 08/SPC/GAB, de 16.07.2004 e posteriores alterações, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de “lavagem de dinheiro” ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei n.º 9.613/98.

Artigo 6º - A destituição ou substituição do ADMINISTRADOR, somente poderá ocorrer por deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, nos termos definidos no Capítulo IX deste REGULAMENTO.

§1º. A CVM, no uso de suas atribuições legais, poderá descredenciar o ADMINISTRADOR, em conformidade com as normas que regulam o exercício da Atividade de administrador de carteira.

§2º. Na hipótese de descredenciamento, ficará o ADMINISTRADOR obrigado a convocar, imediatamente, a Assembléia Geral de Quotistas para eleição de seu substituto, a se realizar no prazo de até 10 (dez) dias, sendo também facultado aos quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das quotas emitidas, ou à CVM, a convocação da Assembléia Geral dos Quotistas.



6RTD-RJ 14.09.2011
PROTOK. 1 2 2 4 4 1 8

Artigo 7º - O ADMINISTRADOR pode renunciar às suas funções informando sua decisão, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, por intermédio de carta enviada a cada quotista e à CVM, ficando obrigado, no mesmo ato, a convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre sua substituição ou liquidação do FUNDO, no prazo máximo de até 10 (dez) dias contados da data da comunicação de sua renúncia, sendo facultado aos quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das quotas emitidas, em qualquer caso, ou à CVM, no caso de descredenciamento, a convocação da Assembléia Geral de Quotistas.

§ 1º No caso de renúncia, o ADMINISTRADOR deverá permanecer no pleno exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sob pena de, passado tal prazo, o ADMINISTRADOR solicitar à CVM a indicação de administrador temporário.

§ 2º No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar administrador temporário até a eleição de nova administração.

§ 3º O ADMINISTRADOR, em caso de renúncia, terá direito ao recebimento da sua remuneração até sua efetiva substituição.

Artigo 8º - A competência para gerir a carteira do FUNDO, que engloba as atribuições de seleção, avaliação, aquisição, alienação, subscrição, conversão, permuta e exercício dos demais direitos inerentes aos ativos e às modalidades operacionais que integrem a carteira do FUNDO, cabe com exclusividade ao GESTOR, sem prejuízo dos poderes de representação do FUNDO que cabem ao ADMINISTRADOR e das demais disposições do Regulamento.

§ Único - O ADMINISTRADOR pode delegar os poderes de representação ao GESTOR, sem prejuízo do dever de informação ao ADMINISTRADOR, mediante instrumento próprio, de modo que o GESTOR possa, diretamente, comparecer e votar em assembleias gerais de sócios das Companhias Investidas, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, e reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie, exercer direito de ação, negociar contrato social ou estatuto social das Companhias Investidas, conforme o caso, e eventuais alterações, assim como firmar contratos de compra e venda de Valores Mobiliários, acordos de acionistas das Companhias Investidas, acordos de investimento e outros instrumentos correlatos.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO

Artigo 9º - Para a prestação dos serviços de gestão do FUNDO, o FUNDO celebrou, nos termos do §2º do artigo 9º da Instrução CVM n.º 391/03, um "Contrato de Gestão" com a ATLÂNTICA ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA., sociedade com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.055, Conj. 31, Pinheiros, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita do CNPJ o nº 07.989.263/0001-14, autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM através do Ato Declaratório nº 8875, expedida em 26 de julho de 2006, doravante designada como GESTOR.

Artigo 10 - São obrigações do GESTOR, dentre outras previstas neste REGULAMENTO e na legislação aplicável:

I. exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDO;



6RTD-RJ 14.09.2011
PROTOK. 1 22441 8

II. cumprir e, na medida de suas atribuições, fazer cumprir todas as disposições constantes deste REGULAMENTO, as deliberações da Assembléia Geral de Quotistas e do Comitê de Investimentos;

III. a seu critério, ou em conjunto com o CONSULTOR, identificar, analisar, negociar e estruturar todas as alternativas de investimentos, bem como elaborar os estudos e análises de investimentos e desinvestimentos que fundamentem as decisões a serem levadas em Comitê de Investimentos, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações para as respectivas decisões;

IV. elaborar parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO, em conjunto com o CONSULTOR, para serem divulgadas juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais elaboradas pelo ADMINISTRADOR;

V. atualizar em conjunto com o CONSULTOR, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da solicitação do ADMINISTRADOR ou dos quotistas em Assembléia Geral de Quotistas, os estudos e análises solicitados nos termos dos incisos (VII) e (VIII) do Artigo 5º deste REGULAMENTO, permitindo o acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;

VI. fornecer orientação estratégica às Companhias Investidas, incluindo identificação de potenciais mercados e parceiros estratégicos, bem como reestruturação financeira;

VII. nomear no mínimo um representante na diretoria ou no Conselho de Administração ou no Conselho Fiscal das Companhias Investidas pelo FUNDO ;

VIII. exercer ou alienar, quando possível, desde que aprovado pelo Comitê de Investimentos, o direito de subscrição de ações e de outros Valores Mobiliários de empresas das quais o FUNDO seja titular;

IX. participar, presidir e indicar secretário para as reuniões do Comitê de Investimentos do FUNDO;

X. propor alternativas de investimento e desinvestimento aos membros do Comitê de Investimentos do FUNDO, em conjunto com o CONSULTOR;

XI. cumprir e fazer cumprir as deliberações do Comitê de Investimentos do FUNDO relativas à realização de despesas e investimentos, à alienação ou baixa de ativos e investimentos, sendo que a execução das recomendações do Comitê de Investimentos será sempre de responsabilidade do GESTOR, desde que o ADMINISTRADOR, caso necessário, outorgue poderes para tanto necessários;

XII. transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de GESTOR do FUNDO;

XIII. manter por 5 (cinco) anos após o encerramento do FUNDO, às suas expensas, atualizadas e em perfeita ordem, as atas do Comitê de Investimentos.



6RTD-RJ 14.09.2011
PROT. 1224418



Artigo 11 - O GESTOR somente poderá constituir e captar recursos para um novo fundo de investimento em participações, cujo objetivo e composição da carteira sejam os mesmos estabelecidos neste Regulamento, somente se o FUNDO já tiver investido, no mínimo, 90% do seu Capital Comprometido;

§1º. Durante o Período de Investimentos, e suas eventuais prorrogações, o GESTOR, ou quaisquer fundos de investimento administrados ou geridos pelo GESTOR, só poderão participar no capital social de sociedades cujo objeto social coincida com o objetivo e política investimento do FUNDO, se a oportunidade de investimento for apresentada ao Comitê de Investimentos do FUNDO e este não aprovar investimentos na sociedade.

Artigo 12 - A destituição do GESTOR somente poderá ocorrer por deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, nos termos definidos no Capítulo IX deste REGULAMENTO.

§ 1º. A CVM, no uso de suas atribuições legais, poderá descredenciar o GESTOR, em conformidade com as normas que regulam o exercício da atividade de GESTOR de carteira.

§2º. No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar GESTOR temporário até a eleição de um novo gestor.

§3º. Na hipótese de descredenciamento, ficará o GESTOR obrigado a solicitar ao ADMINISTRADOR, a convocação imediata de Assembléia Geral de Quotistas para eleição de seu substituto, a se realizar no prazo de até 10 (dez) dias, sendo também facultado aos quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das quotas emitidas, ou à CVM, a convocação da Assembléia Geral dos Quotistas.

Artigo 13 - O GESTOR pode renunciar às suas funções informando sua decisão, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, por intermédio de carta registrada enviada ao ADMINISTRADOR e à CVM, ficando o ADMINISTRADOR obrigado, no mesmo ato, a convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre sua substituição ou liquidação do FUNDO, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data da comunicação de sua renúncia, sendo também facultado aos quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das quotas emitidas, a convocação da Assembléia Geral dos Quotistas.

§ 1º No caso de renúncia, o GESTOR deverá permanecer no pleno exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sob pena de, passado tal prazo, o GESTOR solicitar à CVM a indicação de gestor temporário.

§ 2º O GESTOR, em caso de renúncia ou destituição, terá direito ao recebimento de sua remuneração, inclusive a título de prêmio de performance, calculada *pro rata temporis*, até sua efetiva substituição.

CAPITULO V DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR E DO GESTOR

Artigo 14 - Pelos serviços de administração do FUNDO, será devido uma Taxa de Administração ("Taxa de Administração") equivalente ao percentual de 2% (dois por cento) ao ano, sendo que a Taxa de Administração contemplará a remuneração do ADMINISTRADOR,



no exercício da atividade de administração do FUNDO, a remuneração do GESTOR, no exercício de atividade de administração da carteira, e a remuneração do CONSULTOR, no exercício da atividade de consultoria de investimentos.

§1º. A Taxa de Administração é calculada diariamente e paga mensalmente, incidindo sobre o valor do Patrimônio Líquido do FUNDO, sendo garantido o valor mínimo mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

§2º. A Taxa de Administração será calculada diariamente na base de 1/252 (um inteiro, duzentos e cinquenta e dois avos) do percentual estabelecido no caput deste artigo, devendo ser provisionada diariamente como despesa do FUNDO e paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, com os próprios recursos da carteira, sendo o primeiro pagamento devido a partir do mês da Integralização Inicial de Quotas nos termos do Capítulo X deste Regulamento.

§ 3º. O pagamento da Taxa de Administração acima devida será efetuado diretamente pelo FUNDO aos seus prestadores de serviços de administração, dentre eles o ADMINISTRADOR, o GESTOR e CONSULTOR, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração devida, nos termos deste artigo.

Artigo 15 - O GESTOR e o CONSULTOR receberão, ainda, Taxa de Performance, auferida em virtude do resultado do FUNDO, equivalente a (i) 20% (vinte por cento) da rentabilidade do Capital Integralizado pelos quotistas, já deduzidas todas as taxas e despesas pagas pelo FUNDO, inclusive a Taxa de Administração, que exceder o Benchmark 1, conforme definido abaixo e (ii) 10% (dez por cento) da rentabilidade do Capital Integralizado pelos quotistas, já deduzidas todas as taxas e despesas pagas pelo FUNDO, inclusive a Taxa de Administração, que exceder o Benchmark 2, conforme definido abaixo e de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = P1 + P2$$

sendo

P = total da TAXA DE PERFORMANCE

P1 = 20% [VD-(Cc-VDa)], onde P1>0

sendo

VD = Valor a ser distribuído aos quotistas a título de dividendos, amortização de quotas e juros sobre capital próprio pelo FUNDO ou pelas Companhias Investidas ainda bruto da Taxa de Performance,

Cc = Soma de todas as integralizações de quotas feitas pelos investidores corrigidas desde as respectivas datas de recebimento pelo FUNDO a IPCA + 8% ao ano (Benchmark 1) até o momento de cálculo da Taxa de Performance,

VDa = Soma de todos os valores já distribuídos aos quotistas a título de dividendos, amortização de quotas e juros sobre capital próprio pelo FUNDO ou pelas Companhias Investidas corrigidos desde as respectivas datas de pagamento a IPCA + 8% ao ano (Benchmark 1) até o momento de cálculo da Taxa de Performance. Tal valor é limitado a Cc.



6RTD-RJ 14.09.2011
PROT. 1224418



e

$P2 = 10\% [VD' - (Cc' - VDa')]$, onde $P2 > 0$

sendo

VD' = Valor a ser distribuído aos quotistas a título de dividendos, amortização de quotas e juros sobre capital próprio pelo FUNDO ou pelas Companhias Investidas ainda bruto da Taxa de Performance,

Cc' = Soma de todas as integralizações de quotas feitas pelos investidores corrigidas desde as respectivas datas de recebimento pelo FUNDO a IPCA + 20% ao ano (Benchmark 2) até o momento de cálculo da Taxa de Performance,

VDa' = Soma de todos os valores já distribuídos aos quotistas a título de dividendos, amortização de quotas e juros sobre capital próprio pelo FUNDO ou pelas Companhias Investidas corrigidos desde as respectivas datas de pagamento a IPCA + 20% ao ano (Benchmark 2) até o momento de cálculo da Taxa de Performance. Tal valor é limitado a Cc'.

§ 1º. A Taxa de Performance será calculada e paga, quando devida, ao GESTOR ou ao CONSULTOR na data de cada distribuição de resultados aos quotistas do FUNDO. Também será calculada e paga Taxa de Performance em todos os momentos em que houver amortização de quotas ou, ainda, na liquidação do FUNDO. Serão incluídos no cálculo da Taxa de Performance eventuais distribuições de resultados ou amortizações feitas diretamente pelas Companhias Investidas.

Artigo 16 – Não será cobrada taxa de ingresso e ou saída dos investidores do FUNDO.

CAPÍTULO VI SERVIÇOS DE TESOUREARIA, CONTABILIZAÇÃO, CUSTÓDIA E AUDITORIA

Artigo 17 – Os serviços de tesouraria, contabilização e custódia serão prestados pelo Banco BRADESCO S.A., com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12, na forma da regulamentação aplicável, doravante designado como “CUSTODIANTE”.

§ 1º. Os serviços de auditoria serão prestados pela KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, com sede na R. Dr. Renato Paes de Barros, 33 – Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04530-904, inscrito no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, doravante designado “AUDITOR”.

CAPÍTULO VII POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Artigo 18 - O objetivo do FUNDO é proporcionar ganhos de capital e dividendos através de investimentos em Valores Mobiliários de emissão das Companhias Alvo, que tenham por objetivo, especialmente, investir e participar em companhias abertas ou fechadas que tenham por objeto o fornecimento e prestação de serviços para a área da SAÚDE SUPLEMENTAR, tais como: hospitais, clínicas, laboratórios, administradoras de serviços, benefícios ou consultorias na área de Saúde, bem como desenvolvimento e/ou a incorporação e/ou o investimento e/ou



6RTD-RJ 14.09.2011
PROT0C.1224418

o financiamento de empreendimentos ligados à área da SAÚDE SUPLEMENTAR, tais como aqueles previstos na Lei n.º 9.656/98 e na Lei n.º 9.961/00, dentre outros.

§ 1º. Os investimentos do FUNDO nas Companhias Alvo serão realizados por meio de Valores Mobiliários, de modo a propiciar ao FUNDO a sua efetiva participação no processo decisório da Companhia Investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

§ 2º. Na hipótese de investimento em debêntures simples, as respectivas escrituras de emissão das debêntures simples devem possuir dispositivos que: (i) imponham a observância de padrões de boa governança corporativa à Companhia Investida, (ii) prevejam o vencimento antecipado das debêntures, caso tais padrões não sejam observados, e (iii) contenham mecanismos que propiciem ao FUNDO participar de sua administração.

§ 3º. A participação do FUNDO no processo decisório da Companhia Investida deverá ocorrer:

- i) pela participação majoritária na Companhia Investida, ou detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle;
- ii) pela celebração de acordo de acionistas; ou, ainda,
- iii) pela celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao FUNDO efetiva influência na definição da política estratégica da Companhia Investida e na sua gestão.

§ 4º No caso de investimento, pelo FUNDO, em companhias sem registro de companhia aberta perante a CVM, estas deverão ter as seguintes práticas de governança corporativa:

- I. proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- II. estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para todo o Conselho de Administração;
- III. disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia Investida;
- IV. adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- V. no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o FUNDO, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- VI. auditoria anual, no mínimo, de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.



6RTD-RJ 14.09.2011
PROT. 1224418



§ 5º. Caberá exclusivamente ao GESTOR a responsabilidade pela verificação da adequação e manutenção, durante o período de duração do investimento, pelas Companhias Investidas, conforme o caso, dos requisitos estipulados neste REGULAMENTO.

§ 6º. O FUNDO poderá aplicar até 30% (trinta por cento) de seus recursos em uma única Companhia Investida.

§ 7º. O FUNDO poderá deter participação de até 100% (cem por cento) do capital das Companhias Investidas que investir.

§ 8º. Os recursos que não estiverem alocados nos termos da política de investimento do FUNDO poderão, em qualquer período, ser investidos na aquisição de:

I. Títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, até o limite de 100% do Patrimônio Líquido;

II. Títulos de renda fixa ou quotas de fundos das classes renda fixa e referenciado DI de livre escolha do GESTOR, inclusive os administrados e geridos pelo ADMINISTRADOR e /ou pelo GESTOR, entre fundos geridos por instituições de primeira linha, até o limite de 100% Patrimônio Líquido, observado o disposto nos parágrafos abaixo.

§ 9º. Os investimentos previstos no parágrafo 8º acima poderão ser feitos em função de disponibilidade de caixa no FUNDO e serão feitos por livre escolha do GESTOR, sem necessidade de aprovação pelo Comitê de Investimentos.

§ 10º. Com relação ao disposto no parágrafo 4º acima, o total de emissão ou co-obrigação de uma mesma instituição financeira não pode exceder o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido.

§ 11º. O FUNDO não poderá, ainda, realizar operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial através de operações com opções que tenham como ativo subjacente valor mobiliário que integre a carteira do FUNDO ou no qual haja direito de conversão.

Artigo 19 - Os dividendos das Companhias Investidas serão repassados diretamente aos quotistas. Quaisquer outros recursos decorrentes de alienações ou quaisquer recebimentos distribuídos pelas Companhias Investidas integrantes da carteira do FUNDO, assim como quaisquer outros valores recebidos por este, em decorrência de seus investimentos nas referidas Companhias serão sempre incorporados à carteira do FUNDO, podendo ser alvo de amortizações na forma deste REGULAMENTO.

§ único. Caso tais valores sejam recebidos pelo FUNDO, durante o Período de Investimento, tais recursos poderão, a critério do GESTOR e se aprovado pelo comitê de investimentos, ser aplicados em novos investimentos, exceto dividendos que serão repassados diretamente aos quotistas.

Artigo 20 - Em função das características do FUNDO, as aplicações realizadas no mesmo sujeitam-se aos riscos inerentes à concentração de sua carteira, à natureza dos negócios e aos resultados das Companhias Investidas em que serão feitos os investimentos. Tendo em vista



estes fatores, o investimento em quotas do FUNDO apresenta um nível de risco elevado quando comparado a outras alternativas de investimento.

§único. Os objetivos do FUNDO não representam, sob qualquer hipótese, garantia do FUNDO, de seu ADMINISTRADOR, do GESTOR ou, ainda, do CONSULTOR, quanto à segurança, rentabilidade e liquidez dos títulos componentes da carteira do FUNDO.

CAPÍTULO VIII DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Artigo 21 - O GESTOR contará, sem prejuízo de suas responsabilidades no que diz respeito à gestão da carteira do Fundo, com um Comitê de Investimentos (o "Comitê de Investimentos") que terá as responsabilidades, atribuições e poderes definidos abaixo.

§ 1º. Além disso, o FUNDO contará com os serviços de consultoria técnica prestada por GLOBAL GESTAO EM SAUDE LTDA., com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3729 - 5º andar, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04438-905, inscrita no CNPJ nº 10.375.666/0001-88, Inscrição Isenta, neste ato representada por Francisco Emerson Maximiano brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade R.G nº 21.410.388-2, inscrito sob CPF/MF nº 094.378.093-48 ("CONSULTOR"), que será responsável pela seleção, avaliação e indicação de investimentos, acompanhamento e avaliação dos investimentos realizados ou a serem realizados nas Companhias de capital fechado, bem como pelas atividades elencadas no Artigo 22 abaixo, nos termos do contrato a ser celebrado entre o FUNDO e o CONSULTOR, com a intervenção do GESTOR.

§ 2º. O CONSULTOR receberá pelo desempenho de suas funções, diretamente do FUNDO, valor definido em Contrato de Consultoria firmado com o FUNDO.

§ 3º. O Comitê de Investimentos será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 8 (oito) membros titulares e seus respectivos suplentes. Até 2 (dois) membros do Comitê de Investimentos poderão ser indicados pelo GESTOR e até 02 (dois) pelo CONSULTOR, e os demais pelo conjunto de quotistas, observado que o conjunto de quotistas tenha a maioria dos membros do Comitê de Investimentos.

§ 4º. Os Membros do Comitê de Investimentos serão eleitos na assembleia de quotistas e terão mandato de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos indefinidamente.

§ 5º. Os Membros do Comitê de Investimentos não receberão qualquer tipo de remuneração do FUNDO pelo desempenho de suas funções.

§ 6º. Um representante do GESTOR ou do CONSULTOR irá presidir o Comitê de Investimentos.

§ 7º. Na hipótese de vaga de cargo por renúncia, morte, interdição ou qualquer outra razão, esta será preenchida automaticamente, por um novo membro. O novo membro indicado completará o mandato do membro substituído.

§ 8º. O Comitê de Investimentos reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação (i) do GESTOR; (ii) do CONSULTOR; (iii) de 3 (três) membros do Comitê de Investimentos. As convocações extraordinárias serão comunicadas por escrito ou por correio eletrônico a todos os membros do



6RTD-RJ 14.09.2011
PROT. 1 224418



Comitê de Investimentos, com cópia para o ADMINISTRADOR, o GESTOR e o CONSULTOR, com indicação da data, horário, local da reunião e matérias a serem tratadas.

§ 9º. Para que o Comitê de Investimentos possa se reunir e validamente deliberar, será necessária a presença, seja física ou via telefone, de, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos membros. As decisões do Comitê de Investimentos serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes à reunião, cabendo um voto a cada membro do Comitê de Investimentos. O comitê se instala com 70% (setenta por cento) de presença dos membros.

§10º. É possível a participação através de vídeo ou teleconferência ou a manifestação de voto por meio eletrônico.

§ 11º. Nas reuniões, serão lavradas atas que deverão ser firmadas por todos os membros presentes e uma certidão de inteiro teor das atas entregues pelo GESTOR ao ADMINISTRADOR.

§ 12º. Todo membro do Comitê de Investimentos tem a obrigação de manifestar-se acerca de real ou potencial conflito de interesses de qualquer natureza nas matérias apreciadas pelo Comitê de Investimentos, em relação a sua pessoa ou ao quotista que ele representa.

Artigo 22 - O Comitê de Investimentos do FUNDO terá como funções:

I. analisar, apreciar e aprovar investimentos e desinvestimentos totais ou parciais, seja por alienação e/ou baixa, nas Companhias Investidas integrantes da carteira de investimentos do FUNDO;

II. aprovar o re-investimento dos recursos provenientes de qualquer desinvestimento, durante o Período de Investimentos;

III. aprovar amortização de quotas emitidas pelo FUNDO, em caso de qualquer ingresso de recursos no FUNDO, nos termos do artigo 19 e seu parágrafo único acima;

IV. acompanhar e supervisionar o desempenho do FUNDO;

V. aprovar a distribuição, na forma de amortização de quotas, pelo FUNDO, das quantias que lhe forem atribuídas a título de quaisquer direitos oriundos dos ativos integrantes da carteira do FUNDO, exceto dividendos;

VI. recomendar a celebração de novo Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, nos termos deste REGULAMENTO.

Artigo 23 - Para o bom desempenho do Comitê de Investimento, o GESTOR ou o CONSULTOR enviará aos seus membros o material necessário à avaliação da ordem do dia de cada reunião do Comitê de Investimentos, juntamente com a convocação da referida reunião, que abrangerá os seguintes itens, quando aplicável:

I. análise do mercado de atuação da Companhia Alvo objeto do investimento;

II. análise econômico-financeira da Companhia Alvo ou Investida, projeções de fluxo de caixa e demonstrativos financeiros;

III. avaliação do investimento;



6R1D-RJ 14.09.2011
PROT.C. 1224418

IV. estruturação financeira da operação envolvendo o investimento na Companhia Investida;

V. aspectos societários da Companhia Investida;

VI. aspectos jurídicos que balizarão os instrumentos a serem celebrados com o FUNDO, que poderão ser enviados por meio magnético; e

VII. possíveis opções de desinvestimento.

Artigo 24 – O CONSULTOR terá como funções:

I. Efetuar a seleção, avaliação e indicação de investimentos para o Comitê de Investimentos, acompanhamento e avaliação dos investimentos realizados ou a serem realizados nas Companhias Investidas;

II. elaborar parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO, semestralmente, do qual conste, entre outras informações e/ou comentários necessários, declaração de que foram obedecidas as disposições deste REGULAMENTO, bem como da legislação em vigor;

III. elaborar estudos e análises de investimento e desinvestimento que fundamentem as decisões a serem tomadas pelos quotistas em Assembléia Geral de Quotistas, mantendo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e decisões tomadas;

IV. atualizar, ao final de cada semestre, os estudos e análises, permitindo o acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis cursos de ação que maximizem o resultado do investimento;

V. identificar, analisar, negociar, estruturar e documentar todas as alternativas de investimentos propostos ao Comitê de Investimentos para integrar a carteira de investimentos do FUNDO; e

V. propor alternativas de investimento e desinvestimento aos membros do Comitê de Investimentos do FUNDO, em conjunto com o GESTOR.

§único. O Comitê de Investimentos somente poderá deliberar a respeito de oportunidades de investimentos pelo FUNDO que tenham sido submetidas pelo CONSULTOR, conforme o Artigo anterior.

CAPÍTULO IX DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS – AGQ

Artigo 25 – É da competência privativa da Assembléia Geral de Quotistas:

I. tomar, anualmente, as contas relativas ao FUNDO e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo ADMINISTRADOR;

II. alterar o REGULAMENTO do FUNDO;

III. deliberar sobre a destituição ou substituição do ADMINISTRADOR, do GESTOR e do CONSULTOR e escolha de seus substitutos;



6RTD-RJ 14.09.2011
PROTOK.1 224418

- IV. deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do FUNDO;
- V. deliberar sobre a emissão e distribuição de novas quotas;
- VI. deliberar sobre o aumento na Taxa de Administração ou Performance do FUNDO;
- VII. deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do FUNDO;
- VIII. deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e deliberação da AGQ;
- IX. deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento do Comitê de Investimentos; e
- X. deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações de quotistas.

§ Único O REGULAMENTO do FUNDO poderá ser alterado, independentemente da Assembléia Geral de Quotistas, ou de consulta aos quotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos quotistas.

Artigo 26 – A AGQ poderá ser convocada pelo ADMINISTRADOR, pelo GESTOR, pelo Comitê de Investimentos ou por quotistas detentores de, no mínimo, 5% (cinco por cento) das quotas do FUNDO. O ADMINISTRADOR deverá efetivar a convocação sempre que solicitado por um dos demais citados neste artigo.

§ 1º. A convocação da AGQ far-se-á mediante carta, publicação em jornal ou por correio eletrônico, garantida a segurança das mensagens, a todos os quotistas, devendo para tanto, que todos os quotistas mantenham atualizados seus dados junto ao ADMINISTRADOR.

§ 2º. Da convocação deve constar, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a AGQ e, ainda que de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

§ 3º. A convocação da Assembléia Geral de Quotistas deverá ser feita, no mínimo, com 15 (quinze) dias corridos de antecedência da sua realização, ressalvadas as hipóteses de renúncia do ADMINISTRADOR ou GESTOR, cujo prazo máximo para realização da Assembléia é de 10 (dez) dias contados da data da convocação.

§ 4º. Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a AGQ a que comparecerem todos os quotistas.

§ 5º. As deliberações da Assembléia Geral de Quotistas serão registradas em ata lavrada no livro próprio.

Artigo 27 - As deliberações da AGQ, que deve ser instalada com a presença de pelo menos um quotista, são tomadas pelo critério da maioria das quotas de titularidade dos quotistas presentes, à exceção das matérias abaixo que exigirem quorum mais qualificado, sendo atribuído um voto a cada quota.

§ 1º. Quaisquer deliberações sobre as matérias previstas nos incisos II, IV, V, VI, VII, VIII e IX do artigo 25 acima somente poderão ser aprovadas por quotistas representando, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das quotas subscritas.



6RTD-RJ 14.09.2011
PROTUC. 1224418

§ 2º. A substituição do ADMINISTRADOR e/ou GESTOR depende do voto favorável de, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos quotistas presentes, com exclusão daqueles quotistas que forem sócios diretos ou indiretos do ADMINISTRADOR e/ou GESTOR, se a aprovação não fundamentar-se em culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e deste REGULAMENTO.

§3º. A destituição do ADMINISTRADOR não implica na destituição do GESTOR e vice-versa.

Artigo 28 - Somente podem votar nas Assembléias Gerais os quotistas ou seus procuradores, inscritos na conta de depósito até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização.

Artigo 29 - Têm qualidade para comparecer à AGQ os quotistas, seus representantes legais identificados ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

CAPÍTULO X DO VALOR DO PATRIMÔNIO, EMISSÃO, COLOCAÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, NEGOCIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 30 - O FUNDO poderá distribuir quotas, a critério do ADMINISTRADOR e sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, até o valor de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), sendo que o valor mínimo de distribuição deverá ser igual a R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais).

§ 1º. A emissão, subscrição e Integralização de quotas deverá ser feita ao valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por quota na emissão inicial.

§ 2º. O valor mínimo individual de subscrição é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 3º. A emissão inicial, deliberada pelo ADMINISTRADOR no Instrumento de Constituição do FUNDO, se dá na data de registro do referido Instrumento de Constituição do FUNDO no cartório de títulos e documentos.

Artigo 31 - No ato da subscrição das quotas, que se dará em até 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação do anúncio de início da respectiva distribuição, prorrogável por igual período com a aprovação da CVM, o subscritor assinará: i) Boletim de Subscrição, que será entregue ao ADMINISTRADOR; e ii) juntamente com o ADMINISTRADOR e na presença de 02 (duas) testemunhas, o Instrumento Particular de Compromisso de Investimento.

§ 1º. As chamadas de capital serão realizadas por meio de correspondência, a ser enviada aos quotistas pelo ADMINISTRADOR, mediante prévia solicitação do GESTOR, podendo ocorrer ao longo de todo o Período de Investimentos do FUNDO. Caso findo o Período de Investimento sem que tenha havido chamados em montante equivalente ao Capital Comprometido, a obrigação do quotista em relação às quotas subscritas e não integralizadas estará automaticamente extinta, e as quotas correspondentes serão canceladas.



6RTD-RJ 14.09.2011
PROTOK. 1 2 2 4 4 1 8

§ 2º. Os recursos integralizados e não investidos durante o Período de Investimento que excederem ao montante estimado de custos operacionais futuros de responsabilidade do FUNDO deverão ser restituídos aos Investidores.

§ 3º. A Integralização das quotas correspondentes a cada um dos chamados de capital, nos termos do parágrafo primeiro, acima, deverão ser efetivadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data do envio da correspondência do ADMINISTRADOR solicitando a referida Integralização. O ADMINISTRADOR, por orientação do GESTOR, poderá, a qualquer tempo e independentemente da aprovação de investimentos em Companhias Investidas pelo Comitê de Investimentos, realizar um chamado de capital inicial aos quotistas, de até 5% (cinco por cento) do Capital Comprometido para início das atividades do FUNDO e pagamento das despesas ordinárias.

§ 4º. Os recursos depositados pelos investidores para a Integralização de quotas do FUNDO deverão ser feitos em moeda corrente nacional, devendo constar do recibo fornecido ao investidor, expressamente, o valor dos recursos entregues à instituição.

§ 5º. As quotas serão integralizadas pelo preço de emissão, conforme previsto no artigo 30 acima.

§ 6º. O Comitê de Investimentos poderá recomendar a celebração de novo Instrumento Particular de Compromisso de Investimento quando entender ser este necessário ao complemento dos investimentos do FUNDO ou à realização de novos investimentos. A decisão a respeito da celebração de novo Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, bem como os termos deste, deverão ser aprovados em Assembléia Geral de Quotistas pelos quotistas representantes da maioria das quotas emitidas. Os critérios para avaliação das quotas adquiridas depois da subscrição inicial serão os mesmos critérios descritos no artigo 28 deste REGULAMENTO.

Artigo 32 - Os quotistas que deixarem de atender à solicitação do ADMINISTRADOR ("Quotista Inadimplente"), nos termos mencionados acima, terão suas quotas alienadas ou canceladas, nos termos abaixo.

§ 1º. As quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo ADMINISTRADOR serão primeiro ofertadas aos demais quotistas do FUNDO, os quais poderão adquiri-las na proporção de seus investimentos no FUNDO.

§ 2º. As quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que não sejam alienadas no prazo de 10 (dez) dias úteis serão canceladas pelo ADMINISTRADOR, sem prejuízo de eventual indenização, pelo Quotista Inadimplente, das perdas e danos que tiver dado causa.

Artigo 33 - As quotas serão emitidas em números inteiros, terão a forma nominativa e serão escrituradas em nome de seu titular, observado o disposto na Instrução CVM nº 391/2003.

§ Único As frações de quotas geradas por eventual diferença de cálculo entre o valor integralizado e o valor da quota serão revertidas ao patrimônio do FUNDO, em benefício da totalidade dos quotistas existentes.

Artigo 34 - O ADMINISTRADOR emitirá mensalmente, extrato comprobatório da propriedade do número de quotas pertencentes a cada condômino, conforme registros do FUNDO.



6RTD-RJ 14.09.2011
PROT. 1224418

Artigo 35 -As quotas do FUNDO que tenham sido objeto de distribuição pública, ressalvadas as negociações privadas entre investidores qualificados, somente poderão ser negociadas no mercado de bolsa ou de balcão organizado, cabendo ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de quotas.

§ 1º. A colocação das quotas do FUNDO poderá ser objeto de distribuição pública primária no mercado de balcão organizado, por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, operacionalizado pela CETIP - CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, ou, alternativamente, será realizada em mercado de balcão não organizado, mediante Transferência Eletrônica Disponível - TED. As Quotas poderão ser negociadas no mercado secundário no Módulo de Fundos - SF, operacionalizado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, cabendo, em todos os casos, aos intermediários assegurar que a aquisição de quotas somente seja feita por investidores qualificados.

§ 2º Para proceder à transferência de titularidade das quotas negociadas privadamente, será exigido pelo ADMINISTRADOR a comprovação da condição de investidor qualificado do adquirente das quotas e a apresentação do Contrato de Compra e Venda registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

§ 3º Observado o disposto neste REGULAMENTO, é permitida a negociação de quotas, pelo quotista, a qualquer momento após a Integralização das mesmas.

Artigo 36 - Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração fixado no artigo 2º ou pela liquidação do FUNDO.

§ 1º. O Comitê de Investimentos poderá aprovar amortização de quotas emitidas pelo FUNDO.

§ 2º. Para fins de amortização de quotas, serão deduzidos quaisquer tributos e despesas incorridos direta ou indiretamente em decorrência do investimento, ou de sua alienação.

§ 3º. Durante o período de investimento, caso haja desinvestimento de ativos, o Comitê de Investimento poderá aprovar o reinvestimento dos recursos.

§ 4º. O pagamento aos quotistas de dividendos não serão considerados amortização de quotas, mas comporão a base de cálculo para efeitos de rentabilidade do FUNDO e para cálculo da Taxa de Performance.

§ 5º. Sem prejuízo da competência do Comitê de Investimentos, conforme disposto no artigo 22 acima, as amortizações deverão sempre respeitar o prazo de carência de 1 (um) ano, contado a partir da primeira Integralização de quotas do FUNDO.

CAPÍTULO XI DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

Artigo 37 - O Patrimônio Líquido corresponderá à soma algébrica de seu disponível com o valor da carteira de investimentos, mais os valores a receber, menos as suas exigibilidades.



6RTD-RJ 14.09.2011
PROT. 1 224418

§1º. A avaliação das quotas do FUNDO será feita pelo ADMINISTRADOR, diariamente, e, se dará utilizando-se, para cada valor mobiliário da carteira, os métodos previstos no Anexo I deste REGULAMENTO.

§2º. Somente serão baixados os investimentos integrantes da carteira do FUNDO cuja perda seja considerada definitiva.

CAPÍTULO XII DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 38 - Constituem encargos do FUNDO, além da remuneração do ADMINISTRADOR e do GESTOR:

- I. emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;
- II. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- III. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos;
- IV. despesas com correspondência do interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos quotistas;
- V. honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do FUNDO;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao FUNDO, se for o caso;
- VII. parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do ADMINISTRADOR e GESTOR no exercício de suas funções;
- VIII. prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do FUNDO entre bancos;
- IX. todas e quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO e à realização de Assembleia Geral de Quotistas, inclusive aquelas decorrentes de registros;
- X. despesas pré-operacionais e de constituição do FUNDO, incluindo registros em órgãos públicos, despesas de assessoria legal e outras, no limite máximo total de R\$800.000,00(Oitocentos mil Reais);
- XI. taxa de custódia de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO; e
- XII. despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, até o limite individual equivalente a 2% do valor da Integralização total pelos quotistas. Para despesas acima do limite é necessária aprovação prévia do Comitê de Investimentos.



6810-RJ 14.09.2011
PROTUC.1224418

§ Único Quaisquer despesas não previstas como encargos do FUNDO, correrão por conta do ADMINISTRADOR, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas.

CAPITULO XIII DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Artigo 39 - O FUNDO terá escrituração contábil própria destacada das relativas ao ADMINISTRADOR e GESTOR, bem como do custodiante e do depositário.

Artigo 40- As demonstrações contábeis do FUNDO estarão sujeitas às normas específicas expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente.

§ 1º. O FUNDO deverá levantar balancete ao final de cada mês e balanços semestrais em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

§ 2º. As demonstrações contábeis serão colocadas à disposição dos interessados, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento dos balanços a que se referirem.

CAPÍTULO XIV DA PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 41 - Um exemplar deste REGULAMENTO deverá ser fornecido ao investidor, obrigatória e gratuitamente, no ato da efetiva subscrição pelo investidor, e suas eventuais alterações, em até 30 (trinta) dias.

Artigo 42 - O ADMINISTRADOR deverá remeter mensalmente aos quotistas que já tiverem quotas integralizadas, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do encerramento do mês a que se refere, extrato contendo:

- a) nome do fundo e o número de seu registro no CNPJ;
- b) nome, endereço e número de registro do ADMINISTRADOR no CNPJ;
- c) nome do quotista;
- d) saldo e valor das quotas no início e no final do período e a movimentação ocorrida ao longo do mesmo; e
- e) data de emissão.

§ 1º. O disposto no caput deste artigo não se aplicará caso as quotas estejam sendo negociadas no mercado de bolsa ou de balcão organizado.

§ 2º. O ADMINISTRADOR deverá remeter à CVM e aos Quotistas:

I. trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- a) o valor do patrimônio líquido do FUNDO; e



6RTD-RJ 14.09.2011
PROTOK. 1 2 2 4 4 1 8

b) o número de quotas emitidas.

II. semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- a) composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
- b) demonstrações contábeis do FUNDO acompanhadas da declaração de que foram cumpridas as regras estabelecidas na Instrução CVM nº 391/2003 e neste REGULAMENTO;
- c) os encargos debitados ao FUNDO, em conformidade com o disposto neste REGULAMENTO, devendo ser especificado seu valor; e
- d) o nome da instituição encarregada da prestação dos serviços de custódia dos títulos e valores mobiliários componentes da carteira.

III. anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- b) o valor patrimonial da quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- c) os encargos debitados ao FUNDO, em conformidade com o disposto neste REGULAMENTO, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do FUNDO.

§ 3º. A cada operação efetivada pelo FUNDO, e após a assinatura do acordo de acionistas entre o FUNDO e a Companhia Investida, o GESTOR deverá enviar a todos os membros do Comitê de Investimentos, o termo assinado, as projeções do GESTOR no momento do fechamento do investimento, incluindo a expectativa de retorno para o FUNDO, e uma cópia do acordo de acionistas, se houver.

§ 4º. O ADMINISTRADOR também colocará à disposição dos quotistas, em sua sede ou dependências, os balancetes mensais utilizados como base para cálculo da Taxa de Administração prevista neste REGULAMENTO.

§ 5º. A divulgação dos fatos relevantes, bem como a disponibilização aos quotistas das informações a que se referem os parágrafos primeiro e segundo supra, poderão ocorrer via correio eletrônico (e-mail). Para tanto, os quotistas ficam obrigados a manter seus dados cadastrais sempre atualizados, sob pena do não recebimento das informações, por falta de atualização dos dados cadastrais, ser de sua culpa exclusiva.

§ 6º. Não são obrigatórias as remessas previstas neste REGULAMENTO aos quotistas cuja última remessa de informações tenha sido devolvida por incorreção no endereço ou endereço eletrônico declarado e que não tenha, o quotista, procedido à respectiva atualização.

CAPÍTULO XV DAS VEDAÇÕES

Artigo 43 - É vedado ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR, direta ou indiretamente, em nome do FUNDO:



6RTD-RJ 14.09.2011
PROTUC. 1224418

- I. receber depósitos em conta corrente;
- II. contrair ou efetuar empréstimos, salvo as modalidades estabelecidas pela CVM;
- III. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- IV. negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134, de 01.11.90, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- V. prometer rendimento predeterminado aos quotistas;
- VII. aplicar recursos:
 - a) no exterior;
 - b) na aquisição de bens imóveis; e
 - c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

Artigo 44 - Salvo aprovação da maioria dos quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, é vedada a aplicação de recursos do fundo em títulos e valores mobiliários de companhias nas quais participem:

I. o ADMINISTRADOR, o GESTOR, os membros de comitês ou conselhos criados pelo fundo e quotistas titulares de quotas representativas de 5% (cinco por cento) do patrimônio do fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;

II. quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que:

- a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de valores mobiliários a serem subscritos pelo fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
- b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos valores mobiliários a serem subscritos pelo fundo, antes do primeiro investimento por parte do fundo.

§ Único. Salvo aprovação da maioria dos quotistas, é igualmente vedada a realização de operações, pelo FUNDO, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas no inciso I deste artigo, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo ADMINISTRADOR ou pelo GESTOR, quando houver.

CAPÍTULO XVI DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 45 - O FUNDO entrará em liquidação ao final de seu prazo de duração ou de suas prorrogações, ou por deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.

§ 1º. No caso de liquidação do FUNDO, o ADMINISTRADOR deve promover a divisão do patrimônio do FUNDO entre os quotistas, deduzidas taxas de administração e de performance, inclusive comissões, remunerações, provisões e quaisquer outras despesas, mesmo contingentes, na proporção de suas quotas, no prazo máximo de trinta dias.



6RTD-RJ 14.09.2011
PROTOK. 1 2 2 4 4 1 8

§ 2º. Encontrando dificuldade na alienação de ativos de baixa liquidez a preço justo, o ADMINISTRADOR deve convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a destinação de tais bens.

§ 3º. Após alienação integral do patrimônio do FUNDO o ADMINISTRADOR deve disponibilizar o valor correspondente a cada quotista em uma mesma data.

§ 4º. O pagamento aos quotistas será efetuado através de DOC, TED, ou, em casos especiais, aprovados pela Assembléia Geral de Quotistas, em títulos e valores mobiliários, incluindo mas não limitado à entrega das ações representativas das Companhias Investidas.

CAPÍTULO XVII DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 46 - A assinatura do investidor no Termo de Adesão, constitui sua expressa ciência e concordância com todas as cláusulas do presente REGULAMENTO, a cujo cumprimento estará obrigado.

Artigo 47 - Qualquer texto publicitário para a oferta de quotas, anúncio ou promoção do FUNDO não poderá divergir do conteúdo deste REGULAMENTO.

Artigo 48 - Fica eleito o foro central d Comarca da capital do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que possa ser, para quaisquer ações ou processos judiciais relativos ao FUNDO ou às questões deste REGULAMENTO.



6RTD-RJ 14.09.2011
PROTUC. 1224418

ANEXO I
AO REGULAMENTO DO
ATLÂNTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SAÚDE

Metodologia Marcação a Mercado

| Ativo | Fontes |
|------------------|---|
| Títulos Públicos | Os títulos são apreçados pelos preços unitários de títulos públicos divulgados pelo Mercado Secundário da ANDIMA. |
| Títulos Privados | <p>A nossa metodologia de precificação de ativos privados obedece necessariamente a seguinte ordem de prioridade:</p> <p>a) Caso o ativo possua taxa divulgada pela ANDIMA, utilizamos essas taxas para calcular o PU de mercado;</p> <p>b) Caso o ativo não tenha taxa divulgada pela ANDIMA, o PU de mercado é dado pela mediana de preços fornecidos por um pool de players com forte participação no mercado (PIC);</p> <p>c) Quando os dados em questão não forem de qualidade/quantidade mínima para o cálculo do PIC, o valor do título é apurado usando a metodologia de precificação cruzada. Caso não haja dados para a precificação cruzada ou o fluxo de amortização do papel não seja pré-definido precificamos o ativo na curva de aquisição,</p> |
| Ações | <p>São utilizadas as cotações referentes ao preço de fechamento do dia negociadas na BOVESPA, obtidas por um arquivo enviado por ela mesma.</p> <p>Para ativos sem negociação, o valor do título deverá ser avaliado conforme seu custo de aquisição, sem prejuízo do disposto no parágrafo seguinte.</p> <p>Serão admitidas como alternativas de avaliação: (a) quando possuírem como único ativo ações em investimento direto cotada em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, o último balanço auditado da companhia investida, que será usado para atualizar os ativos circulantes e passivos da companhia avaliada e o investimento direto será atualizado pela última cotação de fechamento disponível na bolsa de valores, proporcionalmente à participação indireta nessa companhia; ou (b) contratação de empresa independente especializada e aprovada pelo BNY Mellon, nos termos da Instrução CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006, para determinação do valor econômico, devendo tais ativos passarem a ser contabilizados pelo seu valor econômico.</p> |



6RTD-RJ 14.09.2011
PROT. 1 224418

ANEXO II
AO REGULAMENTO DO
ATLÂNTICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SAÚDE

EQUIPE CHAVE DO FUNDO

Artigo 1º - O GESTOR deverá assegurar que os profissionais abaixo qualificados estejam envolvidos diretamente nas atividades de gestão do FUNDO ("Equipe-Chave"):

- (i) FABRIZIO DULCETTI NEVES, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresa, portador da cédula de identidade de RG n° 1307199 SEGUP/PA, CPF n° 287.147.502-44, residente e domiciliado na Rua Pedroso Alvarenga, n° 1170, apto 1.501, Itaim Bibi, situado na capital de São Paulo, CEP :04531-000
- (ii) CRISTIANO GIORGI MULLER CARIOBA ARNDT, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade 9.908.762-5 SSP/SP, CPF N° 077.019.908-95, residente e domiciliado na Rua do Ceuta, n° 155, Jardim Lusitânia, situado na capital de São Paulo, CEP : 04031-010
- (iii) ANDRE BARBIERI PERPETUO, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade - RG n° 17.312.958 SSP/SP, CPF n° 106.432.348-02, residente e domiciliado na Rua Massaca, n° 332, Alto de Pinheiros, situado na capital de São Paulo, CEP : 05465-050

§1º - As Pessoas-Chave deverão dedicar seu tempo às atividades do FUNDO de acordo com os percentuais de tempo discriminados na tabela abaixo, tomando por base uma semana de 40 (quarenta) horas úteis, devendo o GESTOR, mediante a solicitação de qualquer quotista, apresentar os demonstrativos que sejam necessários para a verificação da respectiva alocação de tempo da Equipe-Chave, nos termos previstos neste parágrafo.

| Nome | Período de Investimentos (%)* | Período de Desinvestimentos (%)* |
|---------------------------------------|-------------------------------|----------------------------------|
| FABRIZIO DULCETTI NEVES | 20 | 20 |
| CRISTIANO GIORGI MULLER CARIOBA ARNDT | 40 | 40 |
| ANDRE BARBIERI | 100 | 100 |

*Aplicado sobre uma semana de 40 horas úteis de trabalho

§2º - Qualquer redução verificada nos percentuais de alocação de tempo da tabela acima será considerada como alteração ou substituição da Equipe-Chave, sujeita a prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas para sua implementação.



6RTD-RJ 14.09.2011
PROTUC. 1224418

§3º - Na hipótese de desligamento ou extinção do vínculo de qualquer membro da Equipe-Chave nos termos do §1º acima, por qualquer motivo incluindo, mas não limitado a: (i) demissão voluntária (funcionário pede demissão); (ii) demissão involuntária (GESTOR dispensa funcionário) com ou sem justa causa; (iii) falecimento ou doença; ou (iv) força maior; o GESTOR deverá indicar um substituto de qualificação técnica equivalente, em até 90 (noventa) dias da data do evento, o qual deverá ser submetido à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas a realizar-se em até 90 (noventa) dias contados da data do evento.

§4º - Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, será permitida a substituição de no máximo 1 (uma) Pessoa-Chave a cada período de 2 (dois) anos, sem qualquer motivo e a critério exclusivo do GESTOR, devendo o(s) substituto(s), sempre de qualificação técnica equivalente, ser(em) submetidos à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas em até 60 (sessenta) dias contados da data do evento. Até o encerramento do Período de Investimentos.

§5º - Caso a Assembléia Geral de Quotistas resolva não aprovar os substitutos indicados pelo GESTOR para Pessoas-Chave nos termos do parágrafo §3º acima, o GESTOR terá o direito de fazer uma segunda indicação para cada posição em aberto da Equipe-Chave, desde que a(s) indicação(ões) do(s) novo(s) substituto(s) seja(m) feitas em até 60 (sessenta) dias contados da data de reprovação do substituto indicado anteriormente.

§6º - Caso a Assembléia Geral de Quotistas resolva desaprovar os substitutos para Equipe-Chave indicados pelo GESTOR nos termos dos parágrafos §4º e §5º acima, o GESTOR deverá contratar, desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, uma empresa especializada em recrutamento de executivos ("Head Hunter") de sólida reputação e renome no Brasil, que terá até 90 (noventa) dias para indicar 3 (três) substitutos para a posição em aberto, que apresentem requisitos e qualificação desejáveis, adotando como referência os profissionais de destaque nas instituições melhor avaliadas no mercado brasileiro de gestão de recursos de terceiros.

§7º - Uma vez apresentados os nomes dos profissionais escolhidos pelo Head Hunter, nos termos do parágrafo §6º acima, o GESTOR deverá definir 1 (um) dos 3 (três) substitutos indicados, providenciando sua contratação e alocação como Pessoa-Chave para o FUNDO em até 30 (trinta) dias. O substituto escolhido pelo GESTOR nestes termos não estará sujeito à aprovação prévia pela Assembléia Geral de Quotistas.

Administração e Distribuição

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, Rio de Janeiro - RJ

Gestão

ATLÂNTICA ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.055, Conj. 31, Pinheiros, São Paulo - SP



(11) 3121-5555